

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

IRENE MARTINS FERREIRA

**ATRIBUIÇÕES PRIVATIVAS E COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS DO
ASSISTENTE SOCIAL: REFLEXÕES A PARTIR DA PROTEÇÃO SOCIAL
BÁSICA NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

**São Borja
2017**

IRENE MARTINS FERREIRA

**ATRIBUIÇÕES PRIVATIVAS E COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS DO
ASSISTENTE SOCIAL: REFLEXÕES A PARTIR DA PROTEÇÃO SOCIAL
BÁSICA NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Serviço Social
da Universidade Federal do Pampa, como
requisito parcial para obtenção do Título
de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Dr^a. Rosilaine Coradini
Guilherme

**São Borja
2017**

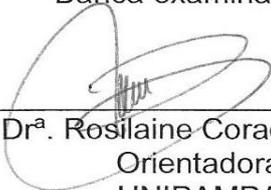
IRENE MARTINS FERREIRA

**ATRIBUIÇÕES PRIVATIVAS E COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS DO
ASSISTENTE SOCIAL: REFLEXÕES A PARTIR DA PROTEÇÃO SOCIAL
BÁSICA NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Serviço Social
da Universidade Federal do Pampa, como
requisito parcial para obtenção do Título
de Bacharel em Serviço Social.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 06 de dezembro de
2017

Banca examinadora:



Prof. Drª. Rosilaine Coradini Guilherme
Orientadora
UNIPAMPA



Prof. Drª Elisângela Maia Pessoa
UNIPAMPA



Prof. Drº. Jorge Alexandre da Silva
UNIPAMPA

Dedico este trabalho de modo especial aos meus pais amados Manoel e Lenita, e ao meu querido esposo Joelson, que juntos, comprometeram-se em me acompanhar durante esta caminhada. Amo-os eternamente.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar a Deus, a saúde, e a família, em segundo lugar a persistência e possibilidade de acessar e concluir um Curso Superior. Aos meus pais, que de uma forma ou de outra contribuíram para que este sonho se tornasse realidade. Agradeço do fundo do meu coração por me darem a vida e me ensinarem a respeitar as pessoas, por onde quer que eu passe. Obrigada por compreenderem o meu distanciamento, muitas vezes não consegui estar presente junto a vocês, mas quero preencher essa ausência com a minha vitória, e ela é para vocês família amada. Em especial ao meu esposo Joelson, que conseguiu dar condições para que eu apenas dedicasse meu tempo aos estudos, sem precisar aliar a faculdade com trabalho. Agradeço a Deus por ter colocado você em meus caminhos, sempre me incentivando e me dando forças para continuar, só você presenciou meu cansaço físico e emocional e nunca me deixou só. Obrigada por tudo meu amor, pelo carinho e preocupação. Aos meus familiares em geral, sogra, tios, tias, vô e primos, pelas palavras de incentivos, que de alguma forma provocaram reflexões em minha caminhada.

As minhas colegas e eternas amigas Claudia e Bianca. Duas pessoas que jamais pensava em conhecer, que entraram na minha vida e deixaram marcas que não são simples de descrever com palavras, só quem sente esse sentimento é capaz de compreender. Mais que amigas, considero Bianca como uma irmã e Claudia como uma segunda mãe para mim. Essa amizade, descoberta na faculdade, quero levar para a vida toda, amizade fora dos muros da universidade. Amo-as eternamente.

Aos professores e professoras do curso de Serviço Social, Jorge A. da Silva, Monique S. Vieira, Edson Ouriques, Jaqueline Quadrado, José Wesley Ferreira, Jaina Pedersen, Simone Oliveira, Mariléia Goin, Loiva Mara de O. Machado, pela contribuição no processo de ensino e aprendizagem na graduação! À equipe do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Passo e CRAS Paraboi, pela receptividade e comprometimento em disponibilizar a instituição para realização do estágio, meu muito obrigada! A Prof^a. Dra. Rosilaine Coradini Guilherme, minha orientadora no Trabalho de Conclusão de Curso, pelos ensinamentos, escuta sensível, dedicação nas orientações, revisões e análises que contribuíram para que este trabalho fosse desenvolvido, só tenho a agradecer, meu muito obrigada!

“É preciso, pelo contrário, desde o começo do processo, vá ficando cada vez mais claro que, embora diferentes entre si, quem forma se forma e re-forma ao formar e quem é formado forma-se e forma ao ser formado”.

Paulo Freire

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo refletir a respeito do trabalho do assistente social na política de assistência social, a fim de explicitar os atuais desafios à materialização das atribuições privativas e competências profissionais na proteção social básica. Com isso, pretende-se contribuir com subsídios que fortaleçam a categoria no seu cotidiano profissional, o qual envolve diversos sujeitos como os usuários dos serviços disponibilizados pelo Centro de Referência de Assistência Social. A escolha dessa temática decorre das inquietações decorrentes do processo de formação acadêmica junto ao Curso de Serviço Social, da Universidade Federal do Pampa, campus São Borja/RS. Dessas inquietações originou-se o seguinte questionamento: Quais são os atuais desafios à materialização das competências profissionais e atribuições privativas do assistente social na proteção social básica da política de assistência social? Nesse sentido, o desenvolvimento deste estudo está fundamentado no método materialista, histórico e dialético, em que consiste em uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, envolvendo fontes documental e bibliográfica. Neste sentido, por meio das reflexões desenvolvidas ao longo do estudo, é possível referir que há desafios concretos à materialização das atribuições privativas e competências profissionais. Um dos desafios diz respeito ao assistente social se colocar como um “plantão de emergências”, ou seja, atender a população usuária somente em sua necessidade imediata. Outro desafio é o assistente social realizar enfrentamento a partir do espaço sócio-ocupacional que ocupa. Por outro lado, existem potencialidades, dentre as quais se destaca o direito do profissional a defender suas atribuições e competências, a fim de exercer as atividades inerentes à profissão de forma participativa, elaborando, gerenciando e implementando políticas sociais.

Palavras-chave: Serviço Social. Assistência Social. Atribuições privativas. Competências profissionais.

ABSTRACT

The purpose of this Course Conclusion Paper is to reflect on the work of the social worker in the social assistance policy, in order to make explicit the current challenges to the materialization of the private assignments and professional competences in basic social protection. With this, it intends to contribute with subsidies that strengthen the category in its professional daily, which involves several subjects as the users of the services provided by the Reference Center of Social Assistance. The choice of this theme stems from the concerns arising from the academic training process at the Social Service Course of the Federal University of Pampa - Campus São Borja - RS. From these concerns, the following question was raised: What are the current challenges to the materialization of the professional competences and exclusive attributions of the social worker in the basic social protection of the social assistance policy? In this sense, the development of this study is based on the materialistic, historical and dialectical method, which consists of a qualitative, exploratory research involving documentary and bibliographic sources. In this sense, through the reflections developed throughout the study, it is possible to mention that there are concrete challenges to the materialization of private assignments and professional competences. One of the challenges is for the social worker to pose as an "emergency call", that is, to serve the user population only in their immediate need. Another challenge is for the social worker to face the socio-occupational space he occupies. On the other hand, there are potentialities, among which the right of the professional to defend his / her duties and competences, in order to carry out the activities inherent to the profession in a participatory manner, elaborating, managing and implementing social policies.

Key words: Social Work. Social Assistance. Private assignments. Professional Skills.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1 – Organograma dos profissionais do CRAS Passo.....	37
----------------------------------------------------------------	----

TABELAS

Tabela 1 – Atribuições Privativas e Competências Profissionais.....	33
Tabela 2 – Plano de Trabalho do Projeto de Intervenção.....	47
Tabela 3 – Sistema de Monitoramento do Projeto de Intervenção.....	52

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Benefício de Prestação Continuada (BPC)

Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)

Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)

Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS)

Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS)

Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS)

Política Nacional de Assistência Social (PNAS)

Produto Interno Bruto (PIB)

Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI)

Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (PAIF)

Sistema Único de Assistência Social (SUAS)

Unidade de Pronto Atendimento (UPA)

Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 ASSISTÊNCIA SOCIAL: TRAJETÓRIA HISTÓRICA E ESPAÇO DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL	19
2.1 Assistência Social: da perspectiva da bem-estar ao campo dos direitos de cidadania.....	19
2.1.1 O Sistema Único de Assistência Social: avanços e desafios no âmbito da sua implementação	25
2.2 Atribuições privativas e competências profissionais na Política de Assistência Social.....	28
3 O CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: UM BREVE RELATO DA EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO	35
3.1 Realidade Institucional do CRAS Passo do município de São Borja/RS	35
3.2 Serviço Social no CRAS Passo	41
3.3 Projeto de Intervenção: da observação, intervenção e finalização do processo de estágio.....	45
4 O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	55
4.1 Trabalho, assistente social e Política de Assistência Social: uma equação possível?.....	55
4.2 Da Proteção Social Básica	58
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
REFERÊNCIAS.....	67
APÊNDICES	71
ANEXOS	72

1 INTRODUÇÃO

O presente Trabalho Final de Graduação é resultado das inquietações decorrentes do processo de formação acadêmica junto ao Curso de Serviço Social, da Universidade Federal do Pampa, campus São Borja/RS, referente ao trabalho do assistente social na Política de Assistência Social. Neste sentido, elaborou-se o seguinte questionamento, o qual norteou o desenvolvimento deste estudo: quais são os atuais desafios à materialização das competências profissionais e atribuições privativas do assistente social na Proteção Social Básica da Política de Assistência Social?

Assim, o objetivo geral que norteou a pesquisa tem como propósito refletir a respeito do trabalho do assistente social na política de assistência social, a fim de explicitar os atuais desafios à materialização das atribuições privativas e competências profissionais na Proteção Social Básica. Com isso, pretende-se contribuir com subsídios que fortaleçam a categoria no seu cotidiano profissional, o qual envolve diversos sujeitos, como os usuários dos serviços disponibilizados pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), que justifica a relevância do estudo, tanto para a categoria profissional de assistentes sociais quanto para a academia.

Para dar conta de responder ao problema de estudo foram desenvolvidos quatro objetivos específicos para nortear o caminho a ser percorrido. Assim, o primeiro diz respeito a problematizar como se configura os processos de trabalho do assistente social na política de assistência social, no âmbito da proteção social básica. O segundo envolve refletir como as competências profissionais e as atribuições privativas contribuem para a viabilização do acesso aos direitos sociais na política de assistência social, no âmbito da proteção social básica. O terceiro propõe relatar a experiência de estágio Curricular Obrigatório em Serviço Social I e II, vivenciada no CRAS Passo, de São Borja/RS, a fim de contribuir com subsídios que fortaleçam esse espaço sócio-ocupacional. E o quarto se propõe a destacar os desafios e perspectivas do trabalho do profissional assistente social na conjuntura atual de desmonte da política pública de assistência social.

Com base nisso, foram desenvolvidas três questões norteadoras que deram visibilidade ao estudo: como se configura o processo de trabalho do assistente social na política de assistência social no âmbito da proteção social básica? Aqui se

debruçou em realizar um estudo a respeito da assistência social desde sua implementação, a partir dos anos 1930, até os dias atuais, com suas conquistas e avanços no campo dos direitos de cidadania. Também procurou-se evidenciar alguns aspectos a respeito do trabalho do assistente social na política de assistência social e suas contribuições a partir de suas atribuições privativas e competências profissionais.

A segunda questão norteadora vislumbrou a respeito de como as atribuições privativas e competências profissionais contribuem para a viabilização do acesso aos direitos sociais na política de assistência social no âmbito da proteção social básica? As reflexões decorrentes desse questionamento pretenderam dar visibilidade à importância do trabalho do assistente social, por meio das suas intervenções, no que se refere à viabilização do acesso aos direitos sociais na política de assistência social no âmbito da proteção social básica.

A terceira questão norteadora envolveu a reflexão a respeito de quais são desafios e perspectivas do trabalho do profissional assistente social na conjuntura atual de desmonte da política pública de assistência social? Aqui se evidenciou os atuais desafios e perspectivas do trabalho do assistente social na política de assistência social. Entende-se que a discussão a respeito da temática do trabalho do assistente social na política de assistência social, enfatizando as competências profissionais e atribuições privativas do assistente social na proteção social básica, requer aprofundamento teórico crítico a respeito da estrutura social, econômica, política e cultural da sociedade no atual estágio do modo de produção capitalista, articulada juntamente ao processo de formação social da profissão.

Neste sentido, é de suma importância a existência de produções no campo do conhecimento do Serviço Social sobre este tema, pois fundamentar teoricamente o exercício profissional garante uma base para a intervenção do assistente social, o qual precisa de maneira cotidiana reafirmar a profissão e suas intervenções na defesa dos direitos da classe trabalhadora. Neste sentido, o objeto de delimitação do tema abrange as atribuições privativas e competências profissionais do assistente social na política de assistência social, tendo como norte o Código de Ética, Lei nº 8.662 que regulamenta a profissão.

Como se pode observar, ao longo da história de luta da assistência social o sujeito era tratado como cliente da política, não como sujeito de direito. A partir da Constituição Federal de 1988, os direitos sociais são consolidados no Brasil,

configurando-se uma nova concepção de proteção social, a partir da inserção da assistência social no tripé da Seguridade Social. Consequentemente, com a criação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) em 1993, foi que a assistência social tornou-se reconhecida como “direito do cidadão e dever do Estado” (BRASIL, 1993, p. 6,). Para entender todo esse processo, é necessário reconhecer a existência da contradição nas relações sociais como motor da realidade e propulsora do movimento das transformações, expressa nos espaços de resistências dos sujeitos, que, ao mesmo tempo em que impulsiona a transformação da assistência social como política pública não contributiva, também retrocede ao criar mecanismos de enfrentamento para impedir que seu avanço continue.

Sendo assim, o método norteador do estudo é o método materialista histórico dialético que, conforme salienta Prates (2012), consiste no movimento permanente da realidade como processo e provisoriedade que permite que haja o desvendamento oculto da realidade, o qual é permeado por contradições, possibilitando desvendar as relações sociais entre os sujeitos e sua inserção nesta sociedade. A autora, apoiada em Lefebvre (1991), referindo-se à lógica concreta, a inteligência “analisa, separa, divide, e deve fazê-lo. A razão une, agrupa, esforça-se por encontrar o conjunto e a relação” (LEFEBVRE, 1991, p. 235 apud PRATES, 2012, p. 119). Mas a contradição entre inteligência e razão, complementa, “renasce sempre e deve sempre renascer, e isso porque, incessantemente, o entendimento deve separar e a razão unir” (LEFEBVRE, 1991, p. 235 apud PRATES, 2012, p. 119).

Para desvelar a realidade do tema de estudo, fundamentou-se nas categorias do método dialético-crítico: historicidade, totalidade e contradição. Assim, para elucidar sobre o tema foi preciso problematizar o objeto em sua historicidade, ou seja, entender a história como um processo dialético e dinâmico em que há diversas relações. Neste sentido, não há como discutir o método e o tema de estudo se não houver a articulação entre as categorias para desvelar o movimento que é histórico e dialético ao mesmo tempo. Desta forma, articular as categorias é de suma importância, pois permite que haja o desvendamento oculto da realidade, do que está aparente, buscando a essência do fenômeno. A historicidade é uma categoria do método que trabalha próximo a essência do fenômeno. Portanto, desvendar a historicidade significa

[...] conhecer o objeto ou fenômeno de estudo situando-o no caminho percorrido pela sociedade na realidade social. [...] enquanto categoria do método, a historicidade ratifica a essência processual do ser e da realidade social (CAMARGO, 2014, p. 88-89).

Assim, a história deve ser compreendida em sua totalidade e essência, refletida como um processo de realidade dialética, compreendendo as transformações enquanto processo histórico. No que se refere à política de assistência social, é necessário entender os processos históricos de lutas e conquistas em prol de uma política pública defendida na perspectiva dos direitos de cidadania e não como benesse. A totalidade é “[...] uma categoria concreta. É própria da constituição do real. É a essência constitutiva do real; por isso, ontológica” (PONTES, 2010, p. 70). Por meio da categoria totalidade, há a possibilidade de articular o real aos diversos processos sociais, identificando a totalidade do objeto. No que diz respeito à assistência social, é possível visualizar a sua totalidade a partir do conjunto da sociedade e das outras políticas sociais, que ao longo de sua trajetória histórica vem reforçando o caráter de política pública não contributiva.

A categoria contradição é vista pela dialética como “princípio básico do movimento pelo qual os seres existem. A dialética não se contrapõe à lógica, mas vai além da lógica, desbravando um espaço que a lógica não consegue ocupar” (KONDER, 2004, p. 49). A categoria possibilita ao pesquisador aproximar-se do objeto para desvendá-lo e promover a transformação. No que se refere à contradição no âmbito da assistência social e do trabalho do assistente social, considerando as suas atribuições privativas e competências profissionais, embora trabalhe na perspectiva dos direitos de cidadania, ainda há os entraves da sociabilidade capitalista que dificultam o acesso, o trabalho, o direito como um todo. Assim, há a necessidade de a política de assistência social e o profissional assistente social criarem mecanismos de enfrentamento cotidianamente contra os ataques aos direitos sociais.

Portanto, por meio dessas categorias, foi possível buscar subsídios para fortalecer o trabalho do assistente social na política de assistência social e a importância deste profissional em afirmar o espaço da assistência social como potencializador na conquista e perspectiva dos direitos de cidadania. Para tanto, é importante salientar que as categorias historicidade, totalidade e contradição

nortearam o presente estudo na medida em que fundamentaram o processo de desvendamento do objeto de estudo. Mas, não somente isso, também possibilitaram situar o assistente social, a política de assistência social e os direitos sociais como co-partícipes do movimento histórico da luta pela legitimação da assistência social como política pública, da própria transformação da profissão e de suas práticas na assistência social e do reconhecimento dos direitos sociais. Ou seja, explicitando esta relação, não de forma isolada da estrutura econômica, social, política e cultural da sociedade, mas a partir do movimento que é real, histórico e contraditório.

Assim, o presente estudo foi construído a partir de um recorte histórico da política de assistência social e do trabalho do profissional assistente social, desde os anos de 1930 até os dias atuais. Para isso, foram analisados capítulos de livros, artigos, que fundamentaram a discussão do objeto de estudo, além dos documentos como o Código de Ética Profissional, a Lei de Regulamentação da Profissão nº 8.662/93, os Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social e os documentos do Estágio Supervisionado Curricular Obrigatório em Serviço Social I e II.

O trabalho ganha vida a partir das observações e discussões no decorrer do processo de sua sistematização, assim, o presente estudo possuiu como método de análise, a análise de conteúdo de Gil (2007), que apresenta em seu material três fases: a) pré-análise; b) exploração do material; e c) tratamento dos dados, inferência e interpretação. Possibilitando realizar aproximações com o tema de estudo, das bibliografias, além de fazer a análise desses materiais, com leituras prévias e sistematizações a respeito do tema. Em termos metodológicos, o estudo orientou-se por uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, envolvendo fontes documentais e bibliográficas. Para Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Assim, os dados coletados para o estudo foram com base nas questões norteadoras citadas anteriormente. Prates (2012, p. 124) salienta que por tratar-se de estudos “orientados pelo materialismo dialético e histórico, a coleta e articulação de dados empíricos objetivos e subjetivos, como mediação necessária para tentar explicar os fenômenos investigados”. Neste sentido, o retorno dos dados do estudo será realizado por meio da apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso, que

será realizada no dia seis de dezembro de dois mil e dezessete, na Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), campus São Borja/RS.

O estudo está estruturado em quatro capítulos, sendo o primeiro que compõe a introdução. O segundo capítulo propõe refletir como as atribuições e competências profissionais dos assistentes sociais contribuem para a viabilização do acesso aos direitos sociais na política de assistência social, no âmbito da proteção social básica. Desse modo, pretende-se desenvolver um breve histórico acerca da política de assistência social e do trabalho do assistente social, enquanto benesse até chegar ao campo do direito de cidadania. O que significa discorrer, inicialmente, do período de 1930 à promulgação da Constituição Federal de 1988, enfatizando o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e suas contribuições no processo de materialização da política pública de assistência social como um avanço para a assistência social. Além de refletir a respeito do trabalho do assistente social enquanto um trabalhador assalariado, e os enfrentamentos cotidianos do profissional em reconhecer-se como classe trabalhadora, na qual a profissão se encontra inscrita na divisão sócio-técnica do trabalho.

No terceiro capítulo, buscou-se desenvolver alguns aspectos referentes à experiência de Estágio Supervisionado em Serviço Social I, realizado no período de agosto a dezembro de 2016 e Estágio II, realizado de março a agosto de 2017, no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), o qual se localiza no município de São Borja/RS. Referindo-se aqui algumas considerações a partir dos documentos construídos no decorrer do estágio: análise institucional, projeto de intervenção e o relatório final de estágio.

Assim, primeiramente evidenciou-se a respeito do espaço institucional do CRAS, a fim de situar a realidade institucional do mesmo, dos usuários e das demandas, bem como das diversas expressões da questão social. Também buscou-se evidenciar a inserção da estagiária neste espaço, as observações e experiências vivenciadas pela mesma. Além de dar visibilidade ao trabalho do profissional assistente social na instituição, conforme suas competências e atribuições privativas na ótica das três dimensões da profissão: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Por conseguinte, propõe-se, de forma breve, discorrer sobre o Serviço Social na instituição, assim como as demandas postas para a intervenção profissional do assistente social. Neste sentido, busca-se dar visibilidade às

condições de trabalho do profissional neste espaço sócio ocupacional, além de desvendar o objeto de intervenção do Serviço Social na instituição, a questão social.

E por fim, no capítulo quatro, buscou-se desenvolver uma reflexão a respeito dos desafios e perspectivas do trabalho do assistente social na política de assistência social. Problematizando-se o trabalho do (a) assistente social e política de assistência social, uma equação possível? Se há como relacionar essas categorias, há uma equação possível para trabalhar na perspectiva de transformação da realidade social? Se há, a partir de quais ações pode-se desenvolvê-la? Apresentam-se também algumas reflexões acerca da Proteção Social Básica, como potencialidades para a intervenção profissional na ótica do direito, cidadania e justiça social, desconstituindo a visão endógena de proteção, assistência e assistencialismo, ao indagar como o profissional articula suas dimensões profissionais para que se afaste do caráter assistencialista herdado pela profissão?

2 ASSISTÊNCIA SOCIAL: TRAJETÓRIA HISTÓRICA E ESPAÇO DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL

Propõem-se neste capítulo refletir como as atribuições e competências profissionais contribuem para a viabilização do acesso aos direitos sociais na política de assistência social, especificamente no âmbito da proteção social básica. Desse modo, pretende-se desenvolver um breve histórico acerca da política de assistência social, enquanto bem-estar e até o campo do direito de cidadania. O que significa discorrer, inicialmente, do período de 1930 à promulgação da Constituição Federal de 1988. Dando continuidade, será apresentado o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e suas contribuições no processo de materialização da política pública de assistência social.

A fim de refletir a respeito do trabalho do assistente social enquanto um trabalhador assalariado, pretende-se enfatizar os enfrentamentos cotidianos do profissional em reconhecer-se como classe trabalhadora, na qual a profissão se encontra inscrita na divisão sócio técnica do trabalho. E, por fim, serão apresentadas algumas considerações a respeito do trabalho do assistente social na política de assistência social, ou seja, sendo esse uma unidade pública estatal que oferta, serviços, programas, projetos e benefícios em âmbito da proteção social básica.

2.1 Assistência Social: da perspectiva da bem-estar ao campo dos direitos de cidadania

Para compreender o processo sócio-histórico de construção da política de assistência social no Brasil, é preciso analisar a realidade brasileira a partir da sua totalidade, ao longo da história de luta pela conquista da assistência social. Essa, enquanto uma política pública não contributiva se faz necessário pensá-la como direitos de cidadania, e não mais como “assistência” aos pauperizados por meio da bem-estar, favor e assistencialismo. Neste sentido, torna-se importante um resgate histórico dos acontecimentos ocorridos na trajetória da configuração da assistência social brasileira. O que corresponde em se deter para os processos sociais, econômicos e políticos na perspectiva da totalidade, ou seja, desvendar a história de maneira ampla e não reduzi-la a fatos fragmentados.

Apropriar-se da historicidade dos acontecimentos vivenciados pela sociedade brasileira e os atores sociais que a compõem, deixam evidências de que para se chegar aos direitos sociais conquistados e os que ainda se almeja conquistar, os mesmos resultam de processos de resistências e de lutas, o que envolve diversos contextos históricos. Assim, conforme afirma Couto (2008), o Brasil de 1930 a 1964 é marcado pelo caráter populista e desenvolvimentista que demarcou a trajetória sócio-histórica da sociedade brasileira e dos governantes que a seguem.

Entre os anos de 1930-1937 quem governa o país é Getúlio Vargas, mediante a chamada Revolução de 1930 no Brasil. Em nível mundial, esse período é contemporâneo ao “crash da Bolsa de Nova York¹ (CORSI, 2000 apud COUTO, 2008, p. 94)”. Esta conjuntura traz condições desfavoráveis no que tange ao desenvolvimento da economia agroexportadora centrada no café. A mesma autora afirma que “com a decadência do Produto Interno Bruto (PIB) de 18,7% em 1930 e 11,75% no próximo ano (CORSI, 2000 apud COUTO, 2008, p. 94)”, Getúlio Vargas precisou criar uma estratégia para tirar o país dessa situação, a alternativa encontrada foi pactuar com a oligarquia cafeeira

[...] a reorganização do pacto em torno da governabilidade contou, dessa feita, com a presença de novos atores no cenário político do país, representados por parcelas das classes médias brasileiras, principalmente da população das zonas urbanas, que defendiam medidas que interferissem na melhoria da qualidade de vida (COUTO, 2008, p. 95).

É importante ressaltar, conforme salienta Sposati (2010), que as políticas sociais brasileiras no período Vargas carregavam um modelo assistencial populista, de benevolência, que incidiu práticas assistencialistas ao atendimento das necessidades sociais, “mecanismo primordial da reiteração da subordinação e, portanto, do assistencialismo” (SPOSATI, 2010, p. 29). A presença do assistencial nas políticas sociais caracteriza-se por um duplo sentido, na medida em que exclui ao mesmo tempo inclui, “enquanto mantém o trabalhador na condição de assistido, beneficiário ou favorecido pelo Estado e não usuário, consumidor e possível gestor de um serviço a que tem direito (SPOSATI, 2010, p. 29)”, e, logo após, inclui o sujeito a acessar serviços e benefícios prestados pelo Estado.

¹ O chamado Crash da Bolsa de Nova York corresponde a uma das maiores crises cíclicas do capitalismo que ocorreu no ano de 1929, provocando desemprego, baixos salários, baixos preços dos produtos, pobreza, a população começou a construir ao redor dos centros industriais favelas, gerou uma agitação social, em nível mundial (MARTINS; KRILLOW, 2015).

Conforme Couto (2008), os governantes destes períodos que sucederam de 1930 a 1990, sejam eles nacionalistas, populistas, ditatoriais ou desenvolvimentistas se conformavam em atender os que não eram considerados cidadãos, ou seja, eram tratados como clientes, carentes e que precisavam de assistência do Estado, já que não conseguiam produzir sua própria sobrevivência. É possível observar que as políticas sociais no Brasil nascem no contexto em que há uma crescente pauperização das classes subalterna no país, “a desigualdade e o pauperismo são resultantes necessárias da busca da acumulação sem limites, contudo, são também campos de prática do Estado enquanto ‘tutor’ do ‘bem comum’” (SPOSATI, 2010, p. 29).

Portanto, as políticas sociais nascem e se desenvolvem na perspectiva de enfrentamento da questão social, a qual surge da relação desigual entre capital e trabalho, o que representa uma contradição, a qual é inerente ao modo de produção capitalista. Pois ao mesmo tempo em que há desenvolvimento crescente do capital, o mesmo produz desigualdades sociais. Assim, as políticas governamentais no campo social, “embora expressem o caráter contraditório das lutas sociais, acabam por reiterar o perfil da desigualdade no país e mantêm essa área de ação submersa e paliativa” (YAZBEK, 2009, p. 51).

Partindo desta relação contraditória, Yamamoto (2010) aponta que a questão social – sendo esta o objeto de trabalho dos assistentes sociais – é indissociável da sociabilidade capitalista. A autora reflete que na sociedade burguesa a gênese da questão social deriva do caráter coletivo da produção contraposto à apropriação privada da própria atividade humana. Por fim, esta condensaria então o conjunto das desigualdades e lutas sociais, produzidas e reproduzidas no movimento contraditório das relações sociais, tendo alcançado a plenitude de suas expressões e matizes em tempo de capital fetiche. Assim, para esta última autora, a questão social se manifesta a partir das contradições inerentes, as desigualdades econômicas, sociais, culturais e políticas das relações de classe. Estas relações perpassam por questões étnico-raciais, de gênero e formações regionais que colocam vários segmentos da sociedade civil na dependência do acesso a bens e serviços ofertados pelo Estado.

É possível observar que as políticas sociais – as quais configuram respostas por parte do Estado ao enfrentamento das expressões da questão social – em especial a assistência social, vêm apresentando desde o período de 1930 até os

dias atuais um espaço pulverizado de desenvolvimento de práticas assistencialistas e clientelistas, que acabam por centralizar na pobreza ações paliativas e focalizadas. “Em outras palavras, tratamos aqui de uma espécie de ‘cultura política’ que nega a identidade social dos subalternos e seu pertencimento a uma classe; tratamos de uma forma de ocultar o conflito e a resistência e de legitimar a dominação” (YAZBEK, 2009, p. 52).

Assim como o Serviço Social, a assistência social está inscrita no bojo das relações sociais, a cada processo foi se aperfeiçoando, se modificando e ganhando história diante das lutas sociais. Nesta relação de clientela e de subordinação da assistência, os direitos dos sujeitos não são reconhecidos, pois se espera a satisfação dos mesmos pelos serviços ofertados. Ou seja, “trata-se de um padrão arcaico de relações que fragmenta e desorganiza os subalternos ao apresentar como favor ou como vantagem aquilo que é direito” (YAZBEK, 2009, p. 52).

É na ascensão da questão social no Brasil que surge o Serviço Social brasileiro, em 1936, o qual possuía características próprias deste período. Trata-se de práticas conservadoras, moralizantes e de cunho religiosas articuladas à história dos processos econômicos, sociais, políticos e culturais do país. Importante mencionar que redefinir suas práticas não foi uma tarefa fácil, em razão de estar presente, na época, um caráter assistencialista na profissão, desenvolvidas pelas denominadas “damas de caridade”

Ao se resgatar a história do Serviço Social no Brasil, constata-se que se concebeu (e se transmitiu) o Serviço Social como a própria superação da assistência. Esta não passava de benemerência oferecida, voluntária e irracionalmente, pela solidariedade da sociedade (SPOSATI, 2010, p. 43).

Porém, à medida que o capitalismo se expandia, o profissional assistente social foi demandado a intervir na relação entre Estado e sociedade, não mais do ponto de vista da ordem moral e da higiene. Assim, os profissionais utilizaram-se dos clássicos do Serviço Social de Grupo e de Comunidade para organizar a sociedade neste momento

A ação do Serviço Social, trabalhando as potencialidades de indivíduos, grupos e comunidade, faria emergir as “energias” para o desenvolvimento. Negava-se a assistência, pela dependência nela implícita, que se contrapunha a concepção de autopromoção, como resultado da capacitação das potencialidades de indivíduos, grupos e comunidade (SPOSATI, 2010, p. 44).

O Serviço Social, em meados da década de 60, começa uma busca incessante pela sua própria teoria, em que perpassa por vários conflitos ideológicos e políticos que fazem repensar suas práticas, e que se aprofundará no debate acirrado nas décadas de 1970 no chamado Movimento de Reconceituação². É importante frisar que neste período a sociedade brasileira vivenciava o chamado “milagre econômico”

A economia apresentou altos índices de crescimento, o consumo de bens duráveis alcançou patamares nunca antes vistos. Foram construídas estradas, hidrelétricas e consolidado um grande parque industrial no Brasil. O crescimento do Produto Interno Bruto revela o ‘milagre’: em 1971, o PIB cresceu 11,3%; 10,4% em 1972; e 11,4% em 1973 (HABERT, 1996 apud COUTO, 2008, p.127).

As políticas sociais desse período revelam que “a compreensão dos direitos era concessão a quem o governo entendia ser merecedor (VIEIRA, 1995 apud COUTO, 2008, p. 132)”

A exclusão das classes subalternizadas das decisões que lhes dizem respeito e a ampliação da capacidade de intervenção governamental que o Estado ditatorial adquire no pós-64 (e consolida nos atos institucionais) reforça o caráter assistencial das políticas sociais [...] (SPOSATI, 2009, p. 49).

Com a abertura política no ano de 1974, no governo de Geisel, a sociedade brasileira vivenciou o “processo de retomada dos movimentos organizativos da sociedade pleiteando a construção da abertura democrática no país” (COUTO, 2008, p. 133). Esse período foi tomado ainda por fortes medidas autoritárias como forma de intimidação da população, que vinha mobilizando os movimentos sociais a lutar pela democracia. Conforme salienta Couto (2008), o cenário brasileiro vivia resquícios do que foi desenvolvido nos períodos anteriores: a dívida externa aumentando, crise fiscal, déficit público ampliando, mobilização popular crescendo na busca pela democratização e expansão no agravamento da questão social.

É importante destacar que, após os anos de 1980, o Serviço Social continua investindo em sua nova proposta curricular no âmbito da formação profissional,

² O Movimento de Reconceituação preocupou-se com o desenvolvimento teórico, a dimensão crítica e política do Serviço Social, este “centrou sua análise com a questão da classe, na defesa do trabalhador, e hoje acrescenta de maneira nítida ao processo de compreensão e intervenção social a questão da cidadania” (FALEIROS, 2001, p. 22).

representada pela intenção de ruptura, ou seja, romper com a concepção até então vigente na profissão. Assim, segundo Iamamoto (2010), a profissão busca dar respostas às demandas da sociedade de classes de duas formas

[...] a primeiro é considerar a questão social como base de fundação sócio-histórica do Serviço Social e a segundo é apreender a 'prática profissional' como trabalho e o exercício profissional inscrito em um processo de trabalho (IAMAMOTO, 2010, p. 75).

Neste cenário, a década de 1980 é marcada pela transição dos governos militares à constituição da democracia. Pode-se destacar como marco deste período a promulgação da Constituição Federal de 1988, na qual os direitos sociais são consolidados no Brasil, configurando-se uma nova concepção de proteção social

Assim, é possível afirmar que a política de seguridade social proposta tem como concepção um sistema de proteção integral do cidadão, protegendo-o quando no exercício da sua vida laboral, na falta dela, na velhice e nos diferentes imprevistos que a vida lhe apresentar, tendo para a cobertura ações não contributivas para com a saúde e de assistência social (COUTO, 2008, p. 159).

Ao considerar-se o campo da assistência social como base de explicação para a conquista dos direitos sociais, se depara com um processo emblemático. Por ser uma área que ao longo das décadas de 1930 a 1980 revelou ser uma herança dos ideais liberais que acompanharam o movimento da realidade brasileira. Ainda há por parte do Estado ações de focalização da política na pobreza, desconsiderando que a estrutura social, política e econômica caminhavam juntos em relação ao desenvolvimento da sociedade. Infelizmente, neste caso, a assistência social não é visualizada na lógica do direito, onde o Estado seja o responsável por co-financiar o acesso à população aos bens e serviços, quando dela necessitar. Além disso, é vista como assistencialismo, benesse, despolitizando o compromisso do Estado em viabilizar o acesso aos direitos básicos, como por exemplo, saúde, assistência, previdência, habitação, alimentação, educação, lazer, etc.

Já a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, sendo esta uma conquista da classe trabalhadora e da sociedade como um todo, ocorrem importantes mudanças no que se refere à concepção das políticas sociais, de modo especial no campo da assistência social. Por outro lado, contraditoriamente, essa conquista é contemporânea à configuração do Estado neoliberal no Brasil que, por

sua vez, “retoma a matriz da solidariedade como sinônimo de voluntarismo e de passagem da responsabilidade dos programas sociais para a órbita da iniciativa privada, buscando afastar o Estado de sua responsabilidade central” (COUTO, 2008. p. 150) na garantia dos direitos sociais. Sendo assim, a fim de aprofundar esses temas, no próximo subitem pretende-se desenvolver algumas reflexões relacionadas.

2.1.1 O Sistema Único de Assistência Social: avanços e desafios no âmbito da sua implementação

Como evidenciado no item anterior, a política de assistência social, a datar de sua incorporação no tripé da Seguridade Social, juntamente com o marco histórico da Constituição Federal de 1988 vem experimentando um movimento contínuo de transformações iniciadas com a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) de 1993 e, logo após, com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS)/2004 e Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS)/2005, no que diz respeito ao seu avanço e implementação. Parece, portanto, oportuno reproduzir aqui alguns aspectos que culminaram na implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Dessa maneira, em setembro de 2004, é aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), que estabelece “princípios e diretrizes para a implementação do SUAS, o qual resultou em amplos debates realizados em todos os Estados e no Distrito Federal durante o ano de 2004” (FILHO, 2010, p. 4).

O SUAS sucedeu-se a partir de quase duas décadas de enfrentamentos e debates acirrados a contar da Constituição de 1988, que integra a assistência social à Seguridade Social. Desta forma, é planejada e executada entre as três esferas do governo: União, Estados e Municípios. Este sistema pela primeira vez projeta uma nova configuração para a assistência social, cujo objetivo compete em realizar a gestão entre as esferas de governo de forma descentralizada e participativa. Assim, o SUAS caracteriza e constitui os elementos fundamentais para a implementação e execução da política de assistência social, proporcionando a uniformização dos serviços, qualidade no atendimento, indicando e avaliando resultados dos serviços da rede socioassistencial. Evidenciam-se eixos estruturantes como a matricialidade sócio-familiar, descentralização político-administrativa e a territorialização

A articulação dos serviços socioassistenciais do território com o PAIF garante o desenvolvimento do trabalho social com as famílias dos usuários desses serviços, permitindo identificar suas necessidades e potencialidades dentro da perspectiva familiar, rompendo com o atendimento segmentado e descontextualizado das situações de vulnerabilidade social vivenciadas (BRASIL, 2009, p. 6).

Tal constatação possibilita compreender que o SUAS configura-se como um processo de luta e resistência por parte dos envolvidos que desenvolveram o modelo de gestão único para a assistência social, de caráter universal para as famílias em situação de vulnerabilidade social³ ou risco social⁴. A assistência social está organizada em duas categorias: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, esta última se divide em Média e Alta Complexidade. No que diz respeito à Proteção Social Básica, ela se destina

[...] à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras) (BRASIL, 2004, p. 33).

A Proteção Social Especial configura-se na modalidade de atendimento

[...] destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas sócio-educativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras (BRASIL, 2004, p.37).

No âmbito das particularidades de cada proteção, os respectivos serviços, programas, projetos e benefícios são desenvolvidos por dois equipamentos públicos, o CRAS “que executa serviços de proteção social básica, organiza e coordena a rede de serviços socioassistenciais locais da política de assistência social” (BRASIL, 2004, p. 35), e o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). No âmbito da Proteção Social Básica, a mesma compreende em atender

³ Vulnerabilidade Social: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidade estigmatizadas em termos étnicos, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza (BRASIL, 2004).

⁴ Risco Social: uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advindas do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social (BRASIL, 2004).

famílias e indivíduos em seu contexto familiar e comunitário na oferta do Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (PAIF), considerando

os diferentes arranjos familiares, superando o reconhecimento de um modelo único baseado na família nuclear, e partindo do suposto de que são funções básicas das famílias: prover a proteção e a socialização dos seus membros; constituir-se como referências morais, de vínculos afetivos e sociais; de identidade grupal, além de ser mediadora das relações dos seus membros com outras instituições sociais e com o Estado (BRASIL, 2004, p. 35).

No que diz respeito ao Centro de Referência Especializado (CREAS), no qual é efetivado o Serviço de Proteção e o Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos (PAEFI) e se insere no âmbito da Proteção Social Especial, esta deve priorizar “a reestruturação dos serviços de abrigo dos indivíduos que, por uma série de fatores, não contam mais com a proteção e o cuidado de suas famílias, para as novas modalidades de atendimento” (BRASIL, 2004, p. 37). Em virtude de o presente estudo ter como delimitação a Proteção Social Básica, não será aqui aprofundada a Proteção Social Especial, mas entende-se que são duas dimensões indissociáveis para a análise do SUAS.

É inegável que para a assistência social o SUAS foi uma avanço e tanto, uma vez que prevê organização participativa e descentralizada em nível de gestão da assistência social, transportando para a cena política a responsabilidade do Estado frente às expressões da questão social. Portanto, a população brasileira, usuária dos serviços sociais, experimenta uma significativa possibilidade de romper com a ideia de assistencialismo, basta o Estado se comprometer e assegurar à população o acesso aos direitos de forma universal e com qualidade. Na medida em que o país se aproxima da conquista de uma proteção social que reconhece o cidadão enquanto um sujeito de direito, ao mesmo tempo se afasta no momento que permite que o conservadorismo, representado na lógica neoliberal, seja o “gestor” das políticas sociais. Por isso, é preciso afirmar;

[...] a necessidade de garantir um sistema de acesso a proteção da assistência social na condição de direito social, que entende que a população que dela necessita é parte integrante da classe trabalhadora e que seus direitos estão inscritos na luta cotidiana por condições materiais de vida (COUTO, 2015, p. 672).

Há que se considerar que, apesar de ser um avanço na sociedade brasileira, a própria política possui suas contradições quando coloca a família como categoria central, denotando que

tende a ser levada a assumir a condição de responsável pela proteção dos seus membros, pois não se trata de discutir as condições de vida das famílias da classe trabalhadora, mas de famílias pobres que necessitam de um trabalho de ativação para resolver seus problemas, os quais são decorrentes de sua incapacidade (COUTO, 2015, p. 271).

Reitera-se, neste sentido, a possibilidade de práticas voltadas para o enquadramento do sujeito, visto que não são discutidas as condições de vida da população que usufrui da política de assistência social, mas sim de famílias em situação de não provimento de suas necessidades básicas. Assim, a Política Nacional de Assistência Social e o SUAS como um novo modelo de gestão, por um lado representa a possibilidade de concretizar o proposto pela LOAS de uma gestão descentralizada, capaz de assegurar e efetivar direitos de cidadania e inclusão social. Por outro lado, enfrenta um duplo desafio de romper com a cultura do assistencialismo, do clientelismo com base nas relações de favor e de se contrapor à reforma do Estado.

Sabe-se que na atual conjuntura a política pública, em especial a assistência social, vem sofrendo um silencioso desmonte, mediante o avanço da ofensiva neoliberal em curso. Com antigas práticas políticas, considerando a lógica estatal de desresponsabilizar-se de suas funções em relação às políticas públicas, no sentido de privilegiar o mercado e, por meio dele, o processo de acumulação capitalista. Com isso, é preciso que os trabalhadores do SUAS fiquem de olhos atentos às novas modalidades de intervenção do Estado na arena social, pois se foi possível avançar na conquista dos direitos sociais e da política pública de assistência social, também é possível lutar e resistir.

2.2 Atribuições privativas e competências profissionais na Política de Assistência Social

Por que discutir as atribuições e competências profissionais dos assistentes sociais na política de assistência social? Porque é preciso manter acesa a chama que deu origem à ruptura com o conservadorismo, a qual marcou a concepção da

profissão até hoje, embora seja possível observar resquícios de conduta conservadora na profissão. Romper com o Serviço Social tradicional não é uma tarefa simples, pois a profissão se constitui no bojo das relações sociais da realidade brasileira, se faz presente no movimento real, contraditório, antagônico e hegemônico da mesma

Assim, desde a ruptura com o conservadorismo que caracterizou a emergência da profissão (o que não quer dizer que não exista o conservadorismo entre nós, na profissão), viemos construindo um projeto profissional em que a questão social — matéria que justifica o fazer profissional — é vista como produto e cria do modo de produção capitalista. Portanto, seus efeitos não podem ser enfrentados de forma moralizante e de responsabilidade individual. Seu enfrentamento deve se dar coletivamente (MATOS, 2015, p. 680-681).

Neste sentido, é importante refletir não somente sobre as atribuições privativas do assistente social, do que é exclusivo do profissional, mas também suas competências profissionais, que se expressam como potencial para o desenvolvimento do trabalho do mesmo

Trazer para o debate não apenas as atribuições privativas, mas as competências profissionais colocam em cena não somente aquilo que, pela lei, é função exclusiva do Serviço Social, mas também aquilo que potencialmente podemos/devemos desenvolver no trabalho profissional (MATOS, 2015, p. 681).

Outra questão importante de ser observada pelos profissionais é saber diferenciar o que é privativo do profissional do que constitui como competência. Assim, “no sentido etimológico, a competência diz respeito à capacidade de apreciar, decidir ou fazer alguma coisa, enquanto a atribuição é uma prerrogativa, privilégio, direito e poder de realizar algo” (MATOS, 2015, p. 681), neste sentido

as atribuições privativas são aquelas que se referem diretamente à profissão, como a atribuição privativa de coordenar cursos, bem como equipes de Serviço Social nas instituições públicas e privadas. E competências são aquelas ações que os (as) assistentes podem desenvolver, embora não lhes sejam exclusivas (MATOS, 2015, p. 681-682).

Portanto, é possível observar que o trabalho do assistente social, em especial na política de assistência social, no âmbito da Proteção Social Básica, requer atenção do profissional no momento das intervenções. Como explicitados

anteriormente, devido haver confusões do que é prerrogativa do profissional e de sua competência. À vista disso é importante aqui referir a Constituição Federal de 1988, caracterizada como dever estatal e direito social, um ato histórico vivenciado pela sociedade brasileira que culminou para a existência do aparato legal de legitimação da assistência social.

Primeiramente com a criação da LOAS (1993), PNAS (2004) e a implantação do SUAS (2005) como política de Estado e, portanto, responsável por partilhar recursos e ofertar serviços, programas, projetos e benefícios. Sem contar que para a materialização da assistência social, a mesma primeiro foi reconhecida no tripé da Seguridade Social como política pública não contributiva, uma vez que para assegurar a forma de Proteção Social Básica e Especial de Média e Alta complexidade, essas duas dimensões inevitavelmente devem estar imbricadas com as demais políticas que fazem parte deste sistema de proteção

A assistência social não pode ser entendida como uma política exclusiva de proteção social, mas deve-se articular seus serviços e benefícios aos direitos assegurados pelas demais políticas sociais, a fim de estabelecer, no âmbito da Seguridade Social, um amplo sistema de proteção social (CFESS, 2011, p. 7).

Deste modo, é de fundamental importância que as ações/intervenções desenvolvidas pelos profissionais que trabalham no SUAS considerem o usuário da política como sujeito de direitos, atendendo de forma respeitosa e humanizada. Uma vez que reforce os valores centrais do Código de Ética e do Projeto Ético Político Profissional. Pois ainda é possível observar por parte de alguns profissionais a negação de atendimentos, omissão de informações e uma perspectiva de assistencialismo

Nessa perspectiva, a intervenção profissional na política de assistência social não pode ter como horizonte somente a execução das atividades arroladas nos documentos institucionais, sob o risco de limitar suas atividades à “gestão da pobreza” sob a ótica da individualização das situações sociais e de abordar a questão social a partir de um viés moralizante (CFESS, 2011, p. 7).

O assistente social passa, então, a agir na linha focalizante da política de assistência, ao que esta pré-determinado, correndo assim o risco de realizar abordagens considerando as necessidades sociais de forma reducionista e com viés

de culpabilização do sujeito pela sua condição. E, infelizmente, ainda há resquícios de práticas assistencialistas arraigadas na história da assistência social brasileira. Não é simples assim fugir das amarras conservadoras, porém, o processo é sempre contínuo e sistemático a fim de afirmá-la como dever do Estado e direito do cidadão, ao afirmar também a posição da profissão.

Torna-se necessário que os trabalhadores da assistência social tenham clareza de que política é essa, como se constitui e o que determina enquanto “ações ou serviços socioassistenciais que possuem caráter básico e especial” (CFESS, 2011, p. 8), pois, muitas vezes, percebe-se que os profissionais confundem a que se destina a Proteção Social Básica e a Proteção Especial. Até mesmo pelas circunstâncias de que, às vezes, os profissionais que antes trabalhavam em outras áreas como, por exemplo, na saúde, na educação e em empresas, que não tinham apropriação da área da assistência ou até mesmo dificuldades de compreensão teórica a respeito da política, assumem este espaço complexo e contraditório e acabam por desenvolver intervenções moralizadoras e ações estigmatizantes com os usuários

É preciso ter claro que a categoria de assistentes sociais não está imune ao caldo conservador da sociedade brasileira. Mas se opta por valores conservadores — ainda que discordemos —, essa tem que ser uma escolha consciente, e não como vem se dando na maioria das vezes, como um “autoengano”. O “autoengano” referido se dá pelo discurso de que “o que penso e faço como profissional pode ser distinto do que penso e faço fora do trabalho”. É como se houvesse uma “muralha chinesa”: ao chegar ao trabalho, dou um “stop” nos meus valores e, ao colocar o crachá, o jaleco ou um uniforme, ou mesmo ao bater o ponto, “*plim!*”, tenho em mim os valores do projeto ético-político (MATOS, 2015, p. 664-665).

Nas ações cotidianas, agir desta forma é “autoengano”, pois “não sou um (a) em casa e outro (a) no trabalho”, trago em mim valores e estes são fortes. Apesar de alguns profissionais usarem deste artifício, somos o que somos, seja profissional ou pessoal, não é possível ser duas pessoas ao mesmo tempo, a menos que tenha poderes de super-herói. Nesta perspectiva, sabe-se que o assistente social trabalha em diversos espaços sócio-ocupacionais, deve-se levar em consideração que as atribuições e competências dos profissionais são orientadas e norteadas por direitos e deveres presentes no Código de Ética Profissional e na Lei de Regulamentação da Profissão, que devem ser observados tanto pelos profissionais quanto pelas instituições empregatícias.

Desta forma, conforme explicitado nos Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social (CFESS, 2011), serão elencadas algumas competências e atribuições dos (as) assistentes sociais, na política de Assistência Social, tendo como base a Lei de Regulamentação da Profissão. Neste sentido, conforme consta nos Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social (CFESS, 2011), as atribuições privativas e competências profissionais no âmbito dessa política requisitam algumas competências gerais, as quais fundamentam a interpretação crítica do contexto sócio-histórico em que se situa sua intervenção, ou seja:

- apreensão crítica dos processos sociais de produção e reprodução das relações sociais numa perspectiva de totalidade;
- análise do movimento histórico da sociedade brasileira, apreendendo as particularidades do desenvolvimento do capitalismo no país e as particularidades regionais;
- compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico, nos cenários internacional e nacional, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade;
- identificação das demandas presentes na sociedade, visando formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre o público e o privado (CFESS, 2011, 18-19).

São as competências profissionais que possibilitam aos profissionais decifrar o aprofundamento das suas ações e intervenções, respeitando o que é prerrogativa da profissão e o que é exclusivo do assistente social e, a partir delas, a descoberta do que é específico do profissional

As competências permitem ao/a profissional realizar a análise crítica da realidade, para, a partir daí, estruturar seu trabalho e estabelecer as competências e atribuições específicas necessárias ao enfrentamento das situações e demandas sociais que se apresentam em seu cotidiano (CFESS, 2011, p. 19).

Ainda segundo os Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social (CFESS, 2011), essas competências gerais possibilitam que os assistentes sociais circulem na busca do enfrentamento das diversas situações e demandas vivenciadas em seu cotidiano profissional, a partir das dimensões interventivas, complementares e indissociáveis do seu trabalho:

1. Uma dimensão que engloba as abordagens individuais, familiares ou grupais [...]; 2. Uma dimensão de intervenção coletiva junto aos movimentos sociais [...]; 3. Uma dimensão de intervenção profissional voltada para a inserção nos espaços democráticos de controle social [...]; 4. Uma dimensão de gerenciamento, planejamento e execução direta de bens e serviços a indivíduos, famílias, grupos e coletividade [...]; 5. Uma dimensão que se materializa na realização sistemática de estudos e pesquisas que revelem as reais condições de vida e demandas da classe trabalhadora [...]; 6. Uma dimensão pedagógico-interpretativa e socializadora de informações e saberes no campo dos direitos, da legislação social e das políticas públicas [...] (CFESS, 2011, p. 19-20).

Assim, é importante salientar algumas atribuições privativas e competências profissionais para melhor explicitá-las, conforme consta na Lei de Regulamentação da Profissão, em seus artigos 4º e 5º:

Tabela 1 – Atribuições Privativas e Competências Profissionais

Competências Profissionais	Atribuições privativas
I – elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares;	I – coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social.
II – elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas, projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social.	II – planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social.
III – encaminhar providências e prestar orientação social a indivíduos, grupos e a população.	III – assessoria e consultoria a órgãos da Administração Pública direta e indireta;
IV – (Vetado);	IV – realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social.
V – orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na	V – assumir magistérios de Serviço Social, tanto em nível de graduação como de pós-graduação.

defesa de seus direitos.	
VI – planejar, organizar e administrar benefícios e serviços sociais.	VI - treinamento, avaliação, e supervisão de estagiários de Serviço Social.
VII – planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar as ações profissionais.	[...] XIII – ocupar cargos e funções de direção e fiscalização da gestão financeira em órgãos e entidades representativas da categoria profissional.

Fonte: Brasil (1993, p. 44-47).

Neste sentido, a materialização das competências e atribuições privativas aqui apresentada propõe alertar para o enfrentamento de duas situações envolvendo a política de assistência social, no âmbito da Proteção Social Básica e o trabalho do assistente social. A primeira consiste em caracterizar os CRAS e a atuação profissional como um “‘grande plantão de emergências’, ou um serviço cartorial de registro e controle das famílias para acessos a benefícios de transferência de renda (CFESS, 2011, p. 24)”. A segunda em estabelecer uma relação “entre o público e o privado, onde o poder público transforma-se em mero repassador de recursos a organizações não governamentais, que assumem a execução direta dos serviços socioassistenciais” (CFESS, 2011, p. 24).

À vista disso, cabe ressaltar os direitos e deveres dos/as assistentes sociais presentes no artigo 2º e 3º do Código de Ética Profissional. O artigo 2º diz respeito aos direitos do profissional, a defender suas atribuições e competências, a fim de exercer as atividades inerentes à profissão de forma participativa, elaborando, gerenciando e implementando políticas sociais, a partir da inviolabilidade do local do seu trabalho, dentre outras (BRASIL, 1993). O artigo 3º comporta os deveres dos profissionais, que corresponde agir de forma ética, comprometida com a profissão, com os usuários, as instituições e os demais profissionais (BRASIL, 1993).

Portanto, é importante sistematizar de forma breve acerca da experiência de estágio no CRAS Passo, no município de São Borja/RS, a fim de demonstrar como é desenvolvido o trabalho do profissional assistente social neste espaço, bem como se apresentam as expressões da questão social em seu cotidiano profissional.

3 O CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: UM BREVE RELATO DA EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO

Passa-se, então, neste capítulo, a desenvolver alguns aspectos que abordem sinteticamente a experiência de Estágio Supervisionado em Serviço Social I, realizado no período de agosto a dezembro de 2016 e Estágio II, de março a agosto de 2017, no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), o qual se encontra localizado no município de São Borja/RS. Para fundamentar esta discussão, é importante referir aqui algumas considerações a partir dos documentos construídos no decorrer dos estágios: Análise Institucional, Projeto de Intervenção e o Relatório Final De Estágio.

Primeiramente, vai-se evidenciar a respeito do espaço institucional do CRAS, a fim de situar a realidade do mesmo, dos usuários e das demandas, bem como das diversas expressões da questão social. Também se busca evidenciar a inserção da estagiária neste espaço, das observações e experiências vivenciadas pela mesma, além de dar visibilidade ao trabalho do profissional assistente social na instituição, conforme suas competências e atribuições privativas na ótica das três dimensões da profissão: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

Por conseguinte, propõe-se, de forma breve, discorrer sobre o Serviço Social na instituição, assim como as demandas postas para a intervenção profissional do assistente social. Neste sentido, busca-se dar visibilidade às condições de trabalho do profissional neste espaço sócio-ocupacional, além de desvendar o objeto de intervenção do Serviço Social na instituição com a questão social. E, por fim, discorrer brevemente sobre os resultados do projeto de intervenção, com base na vivência teórico-prática do estágio, bem como do Relatório Final, a fim de potencializar reflexões e possíveis proposições que venham contribuir com o campo de estágio a partir do presente estudo.

3.1 Realidade Institucional do CRAS Passo do município de São Borja/RS

A instituição CRAS Passo está inserida, conforme a PNAS (2004), em uma área estratégica da cidade de São Borja/RS, o qual fica localizado na Rua Alberto Benevenuto, número 680, no Bairro do Passo e que se encontra em uma área de extrema vulnerabilidade social. Neste sentido, Sposati (2009, p. 35) afirma que o

“olhar da vulnerabilidade não pode ser só a precariedade, mas também, o dimensionamento da capacidade ou, como tenho preferido, da resiliência, isto é, da capacidade de resistência a confrontos e conflitos”.

Assim, a partir da PNAS (2004), o município de São Borja é considerado de pequeno porte, ou seja, tem a capacidade para inserir dois CRAS. Porém, no estágio supervisionado em Serviço Social I, que iniciou no dia 28 de agosto de 2016 e findou em dezembro do mesmo ano, o município neste período contava com a inserção de mais quatro: o CRAS Paraboi, CRAS Arnaldo Matter, CRAS Leonel Brizola e o CRAS Boa Vista. Após o período eleitoral de 2016, o poder executivo municipal reestruturou os equipamentos públicos vinculados à política de assistência, passando a seguir o que a PNAS (2004) determinava, ao invés de seis CRAS, permaneceram apenas dois em funcionamento, os quais são mantidos com recursos do Governo Federal, sendo o CRAS Centro e o CRAS Passo.

Aos olhos da população, o bairro do Passo é considerado como outra cidade dentro do município devido a sua população e extensão territorial. Ele está localizado no extremo sul, possui aproximadamente 10.735 habitantes e abrange várias vilas, chegando sua divisa às margens do Rio Uruguai, no ponto turístico Cais do Porto (IBGE, 2010). No bairro do Passo encontram-se instituições como a Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), a Polícia Federal, a Sede dos Bombeiros, a Unidade de Pronto Atendimento (UPA), Receita Federal e pontos turísticos e de lazer como a Praça Assis Brasil, ginásio Anacleto Azambuja, Cais do Porto, Centro Nativista Boitató, contribuindo assim para o desenvolvimento deste território e dos moradores que ali vivem. Desta forma, o CRAS foi implantado com o intuito de implementar o SUAS, possibilitando que os usuários inseridos neste território tenham acesso à Proteção Social Básica, que segundo a PNAS

Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras) (BRASIL, 2004, p. 33).

Assim, os usuários que ali residem têm a possibilidade de acessar os benefícios que a instituição oferece, como, por exemplo: o aporte nutricional, o Benefício de Prestação Continuada (BPC), o Passe Livre (municipal, intermunicipal e interestadual), dentre outros, a fim de que os mesmos sejam atendidos, melhorando

a condição de vida da população que se encontra em situação de vulnerabilidade ou risco pessoal ou social. Então, é possível assinalar que a Constituição Federal de 1988 foi um grande avanço para o campo dos direitos sociais, ampliando o acesso a bens e serviços que antes não eram prestados à população. E neste movimento se materializou a história de luta da política de assistência social, vista antes como benesse, assistencialismo ou favor, passando a vislumbrar a lógica de direito. Com a criação da LOAS, a assistência social passou a se constituir como

[...] direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (BRASIL, 1993, p. 6).

Ou seja, o sujeito não precisa pagar para usufruir dos serviços socioassistenciais, pois é dever do Estado materializar estes benefícios de forma gratuita e não contributiva. No período de realização do estágio I, de agosto a dezembro de 2016, a instituição CRAS Passo encontrava-se na seguinte composição:

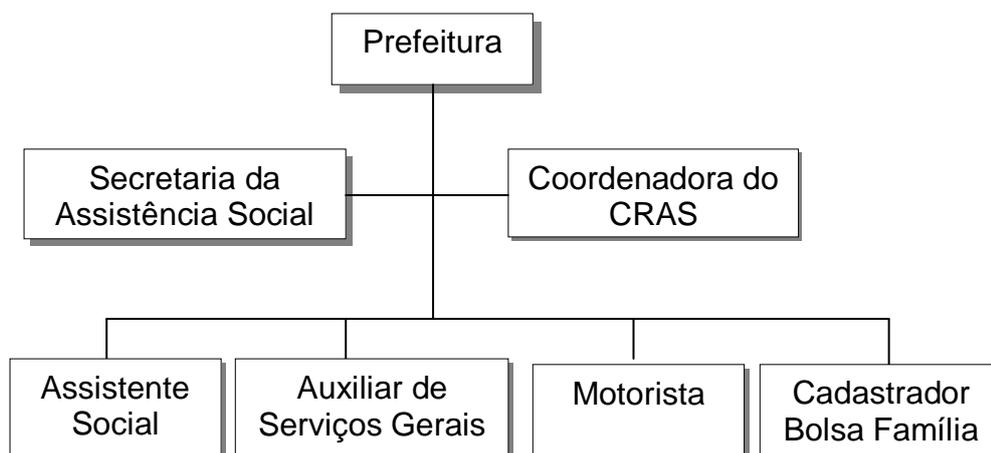


Figura 1 – Organograma dos profissionais do CRAS Passo. Fonte: elaboração da autora.

Devido à inexistência de um organograma no CRAS Passo indicando a composição da equipe, foi preciso, enquanto estagiária, elaborá-lo. Além de auxiliar a instituição, serviu também para que os usuários visualizassem a organização da instituição, a fim de que os mesmos conhecessem a estrutura do serviço. Até outubro de 2016 a equipe do CRAS Passo era composta por um orientador social,

receptionista, assistente social, auxiliar de serviços gerais e um funcionário responsável pelo cadastramento no Programa Bolsa Família. Porém, este quadro foi reduzido após as eleições municipais do ano de 2016, resultando na demissão dos funcionários que ingressaram por contrato de trabalho – e não por concurso público – ou por cargo de confiança, dentre os quais: receptionista, orientador social, restando apenas os funcionários concursados, sendo a profissional assistente social e auxiliar de serviços gerais.

Neste movimento, a instituição perpassou por sérias consequências, por exemplo, alguns dos benefícios como o aporte nutricional (cesta básica) e o BPC foram cancelados, ou seja, não era permitido encaminhá-los no sentido de garantir o acesso aos mesmos pelos usuários do CRAS Passo. Além disso, o PAIF, um dos serviços mais desenvolvidos pela instituição acabou prejudicado por não haver a distribuição de lanches para os grupos de convivência, acarretando na desistência dos usuários de frequentar o CRAS. Contraditoriamente a estas restrições, teoricamente o CRAS se constitui como uma instituição pública estatal que

tem como principal objetivo prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidade social e risco sociais nos territórios, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, e da ampliação do acesso aos direitos de cidadania (BRASIL, 2009, p. 9).

No momento desta mudança drástica, em que houve cortes de recursos humanos e materiais para o CRAS Passo, entende-se que não foi ofertado o mínimo de dignidade para a população usuária. Pelo contrário, restringiu-se o acesso a bens e serviços destinados à população que, por fim, manifestou reclamações, encaradas aqui como resistências, as quais sequer foram ouvidas, apenas era solicitado aos profissionais que descem a notícia de que não havia previsão de quando as atividades retornariam à normalidade. Apesar de estar previsto na PNAS (2004) que a instituição deve desenvolver atividades que promovam o acesso aos direitos e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, no momento em que o governo municipal encerrou por prazo indeterminado o acesso aos bens e serviços, a população teve seus direitos totalmente violados. Por conseguinte, é possível observar que, cotidianamente, os profissionais assistentes sociais devem estar atentos para estas iniciativas que tornam o SUAS, juntamente com a Norma

Operacional Básica (NOB-SUAS) e os demais mecanismos legais de legitimação da assistência social, sem valor algum.

Pois no momento em que o Estado se exime, desqualifica e reduz os recursos da assistência social acaba não garantindo o mínimo para suprir as necessidades sociais, bem como para garantir a proteção da população em situação de vulnerabilidade social e, mais uma vez, a política de assistência social retorna ao campo assistencialista, de ajuda e benevolência. Mais do que nunca é preciso frisar que o CRAS é uma instituição que executa a proteção social básica, que se destina a pessoas que estão em situação de vulnerabilidade social, o que significa que não é esmola, é direito reconhecido por lei, que precisa sair do papel e do plano das ideias e ser concretizada. Deste modo, o público usuário da instituição são pessoas que cotidianamente encontram-se em situação de vulnerabilidade ou risco social, as quais, em um dado momento de sua vida, precisam ser atendidas pela instituição. O direito ao acesso aos bens e serviços na política de assistência social é de forma não contributiva, ou seja, os usuários não precisam pagar para usufruir os serviços, projetos ou benefícios.

Assim, a partir das demandas que surgiram no período em que se realizou o estágio supervisionado em Serviço Social I e II no CRAS Passo, percebeu-se que o trabalho profissional se materializa por meio do que os usuários vivenciam em seu cotidiano. Pode-se ressaltar que as expressões presentes da questão social que ao mesmo tempo “se materializa pela desigualdade social, ela cria espaços de resistência para combatê-la” (TÜRCK, 2012, p. 13). Nesta perspectiva, a questão social foi assumida pela profissão como objeto de trabalho do assistente social, assim, “o Serviço Social a sua especificidade ao se apropriar do cotidiano dos sujeitos ao analisar a totalidade na singularidade e assumiu o sujeito como unidade dialética” (TÜRCK, 2012, p. 9).

Desta forma, as expressões da questão social que chegam até a instituição são as mais variadas, as quais se materializam na fragilização dos vínculos familiares, ausência do acesso à cultura, saúde, educação, lazer. Destaca-se, também, a partir da leitura dos prontuários dos usuários atendidos pelo CRAS Passo, realizada no período do estágio, um crescente nível de desemprego, aumento do trabalho informal sem carteira assinada no município. Além de demandas mais pontuais como habitação, busca pelos benefícios eventuais tais como, agasalho, alimento, passe livre, bem como o Programa Bolsa Família, etc.

Além disso, observou-se um grande número de demandas encaminhadas por outras instituições, como o Ministério Público, o Conselho Tutelar, escolas, CREAS, dentre outras. Talvez o encaminhamento para o CRAS seja necessário no sentido de se articular uma rede de atendimento, o que poderá envolver diversas instituições.

Conforme salienta Guerra (2000), não se deve restringir o exercício profissional ao arcabouço técnico-operativo, pois reduzir o fazer profissional à sua dimensão técnico-instrumental significa “tornar o Serviço Social meio para o alcance de qualquer finalidade. Significa também limitar as demandas profissionais às exigências do mercado de trabalho” (GUERRA, 2000, p. 10-11). Desta forma, cabe ressaltar aqui que este assunto estará evidenciado no próximo subitem a respeito do instrumental técnico-operativo do Serviço Social, a fim de aprofundar esta discussão. Assim, para que a instituição dê conta de atender estas demandas, são ofertados benefícios, serviços, programas e projetos, como por exemplo:

- Benefício de Prestação Continuada (BPC): benefício ao qual o direito é garantido para pessoas com deficiência e idosos acima de 65 anos que não possuem meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida pela família;
- Benefícios Eventuais: auxílio funeral, aporte nutricional (cesta básica), passe livre municipal, dentre outros;
- Serviço de Proteção e Atendimento Integral as Família (PAIF);
- Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, desenvolvidos a partir da criação de grupos de convivência;
- Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosos.
- Programa Bolsa Família, que é um programa do governo federal para as pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

A oferta dos serviços socioassistenciais faz parte do desenvolvimento do trabalho da instituição, ou seja, constituem-se demanda institucional. Porém, é a partir desta primeira aproximação com o sujeito, quando de fato chega até o CRAS, que o profissional conhece a realidade, faz o acolhimento e desvela as expressões da questão social vivenciadas

O movimento inicial de ir à essência do fenômeno parte do processo de conhecimento. É movimento da tese, antítese e síntese que vai se constituindo em totalizações provisórias na compreensão e apropriação do fenômeno que ao se tornar visível dá a dimensão exata dos processos sociais que se interpretam na vida cotidiana dos sujeitos (TÜRCK, 2012, p. 19).

Foi notório, ao observar as intervenções realizadas pela profissional, a fragilidade em estar aprofundando a sua reflexão para com a situação vivenciada pelo sujeito, ou seja, fazer o processo de conhecimento e desvendar a essência do fenômeno para realizar as intervenções e visualizar o produto do seu trabalho. Por fim, cabe ressaltar a importância de fazer o reconhecimento institucional do espaço em que tanto o estagiário quanto o profissional assistente social se inserem, potencializando o desenvolvimento de ações que visem à transformação social, pois conhecer “o chão que se pisa” proporciona ao profissional fazer reflexões e análises vinculadas à realidade social. Assim, no subitem a seguir serão sistematizadas de forma breve as demandas vinculadas ao Serviço Social, bem como as demandas postas para a intervenção profissional, enfatizando as condições de trabalho neste espaço sócio-ocupacional.

3.2 Serviço Social no CRAS Passo

O CRAS Passo foi o primeiro Centro de Referência de Assistência Social a ser inaugurado no município de São Borja/RS, em fevereiro de 2008, de acordo com a PNAS. Desde sua inauguração, a instituição dispõe de um profissional assistente social na equipe de trabalho. No período em que a autora do presente trabalho realizou o estágio, a inserção do Serviço Social no CRAS Passo contava com uma assistente social concursada que cumpria uma carga horária de 40 horas semanais.

Sabe-se que o Serviço Social é uma profissão que permite a inserção do profissional assistente social em diversas áreas: saúde, habitação, previdência, assistência social, judiciário, etc. O trabalho deste profissional é de extrema importância, pois atuam nas relações sociais, na defesa do sujeito de direito, na ampliação e consolidação da cidadania, na defesa da democracia e dos direitos humanos. Na política de assistência social, a contribuição deste profissional é fundamental no conjunto de uma equipe multiprofissional

Os trabalhadores constituem a principal tecnologia da política de assistência social. Assim, é por intermédio de profissionais qualificados, comprometidos e devidamente remunerados que serão garantidos os direitos socioassistenciais dos usuários dos CRAS (BRASIL, 2009, p. 62).

Desse modo, os assistentes sociais possuem formação para intervirem nas expressões da questão social. Contudo, pensar a questão social hoje nos remete entender que cotidianamente ocorrem processos de mudanças como, por exemplo, novas bases tecnológicas, com ampliação dos mercados, a globalização, a mídia instantânea, precarização do trabalho e a terceirização da mão de obra. Estes processos nos fazem pensar que existem novas expressões da questão social, mas que sua gênese ainda se encontra no conflito entre capital-trabalho

As discussões em torno da “nova questão social” e do fim da centralidade do trabalho reeditam o conservadorismo, fazem parte da estratégia das classes dominantes, para alcançar a hegemonia cultural do capitalismo, como se esse sistema fosse irreversível, negando a contradição capital-trabalho, a historicidade e a totalidade, fragmentando o conhecimento (FERREIRA, 2008, p. 75-76).

Apesar das novas configurações da sociedade capitalista estarem implícitas e com discursos de uma “nova questão social”, ainda assim os trabalhadores estão expostos à mesma exploração do capital, só que num sentido mais “invisível” e de reduzidos direitos. A partir disso, o assistente social precisa estar atento às armadilhas que põem em prática as desigualdades, violência e omissão do Estado para com a população

A questão social manifesta a relação dialética entre a estrutura e a ação em que os sujeitos se organizam politicamente, transformando as necessidades sociais em questões, com vistas a incorporá-las na agenda pública. É necessário problematizar sobre as peculiaridades da questão social na contemporaneidade, como a fragilização da classe trabalhadora, em um contexto em que a luta de classes é ocultada pela classe dominante e, por isso, não está em debate (PEREIRA, 2001 apud FERREIRA, 2008, p. 44).

Portanto, o profissional no CRAS atua no âmbito da gestão e/ou implementação dos serviços e atendimentos, bem como desenvolve ações que devem ter como foco o acesso das famílias aos direitos socioassistenciais de proteção (BRASIL, 2009). Ou seja, o profissional “reconhece o pauperismo de seus usuários como um desdobramento da desigualdade social oriunda da relação de exploração imposta pela estrutura econômica da sociedade” (FERREIRA, 2008, p.

44). Além de ser um profissional propositivo e interventivo, o assistente social deve desenvolver no âmbito das suas competências, conforme previsto na Lei 8662/93 que regulamentação da profissão, em seu artigo 4º:

II - Elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil.

III – encaminhar providências e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população.

V – orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos;

VII – planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais (BRASIL, 1993, p. 44).

Estas são algumas das competências que o assistente social deve promover para o atendimento às demandas existentes no campo da assistência social, em benefício da qualidade no atendimento aos usuários. Contudo, o profissional não deve ficar somente a mercê da demanda que chega até a instituição

O perfil do/a assistente social para atuar na política de assistência social deve afastar-se das abordagens tradicionais funcionalistas e pragmáticas, que reforçam as práticas conservadoras que tratam as situações sociais como problemas pessoais que devem ser resolvidos individualmente (CFESS, 2011, p. 18).

O profissional terá que construir estratégias coletivamente com outros profissionais com o intuito de contribuir no fortalecimento da instituição e dos vínculos com a população usuária do CRAS Passo. Porém, não somente dela, mas que sirva de inspiração para que outras possam aliar umas às outras e, assim, compreenderem com mais atenção a política pública de assistência social, entendendo-a não como ajuda, benesses ou favor, mas com um direito e uma conquista de classe.

Assim, os processos sociais que vivenciamos hoje, decorrentes das transformações sócio-históricas nas relações entre o Estado, a sociedade e a ordem do capital comprometem diretamente o trabalho como um todo, em especial, o trabalho do assistente social. Este contexto altera a demanda de trabalho deste profissional, altera os processos de trabalho e as condições as quais os mesmos estão expostos. É preciso que os assistentes sociais se reconheçam como classe trabalhadora, a qual faz parte da luta de classes no bojo da sociedade capitalista.

Importante destacar que, a partir dos anos de 1980, a profissão é norteadada hegemonicamente pelo método dialético-crítico, de vertente marxiana, o qual possibilita aos profissionais apreenderem a realidade em sua totalidade. Ou seja, a partir das mediações que se constitui como um movimento dialético

Toda relação dialética possui três termos, a generalidade, a singularidade e a particularidade. A particularidade se dá, no ser genérico. O Ser genérico, ou Ser geral, considera-se o homem independente da sua nacionalidade e cultura, enquanto o Ser singular remete ao Ser particular, diante de sua inserção incondicional com o Ser genérico, que quando contrapostos geram o Ser particular. O Ser particular é o ser em relação aos outros, portanto o Ser é um, mas também é diverso – é a unidade na diversidade. Esses Estados do ser dialeticamente remetem à totalidade num contexto histórico (ZAGO, 2013, p. 250).

O método dialético-crítico possibilita que os assistentes sociais tenham uma visão crítica, histórica, bem como explicita as contradições da realidade. Neste sentido, é preciso estar em permanente processo de construção entre teoria e prática, fazendo as mediações no espaço de trabalho profissional e refletindo criticamente a sua prática cotidianamente. Há que se considerar também que o profissional encontra-se em condições precárias de trabalho, pois muitas vezes os recursos materiais, financeiros e humanos são prejudicados pela falta de orçamento público que dificulta o trabalho do profissional assistente social, bem como o acesso dos usuários aos benefícios socioassistenciais. É uma situação complexa para o profissional, pois dentro destas determinações, o mesmo precisa responder ao seu trabalho de forma prática, reflexiva às situações difíceis dos sujeitos, sem suprimi-las.

Entretanto, muitas vezes é difícil para o profissional fazer tais enfrentamentos, como ultrapassar a demanda institucional, não é por que ele é um péssimo profissional, nada disso, mas é preciso compreender que o próprio espaço de trabalho é permeado por contradições, e que às vezes não depende somente do assistente social fazer o enfrentamento, e sim um conjunto de articulação que faz parte de uma totalidade maior, ou seja, é mais recurso, é mais investimento, comprometimento, enfim. Compreende-se, assim, que para desenvolver o seu trabalho o assistente social necessita estar balizado não só pelos instrumentos técnicos--operativos, como, por exemplo, observação, visita domiciliar, acolhimento, entrevista, mas também pelas dimensões teórico-metodológica e ético-política, que viabilizam o processo de intervenção. Assim, conforme salienta Guerra (2000, p. 2)

Na medida em que os profissionais utilizam, criam, adequam às condições existentes, transformando-as em meios/instrumentos para a objetivação das intencionalidades, suas ações são portadoras de instrumentalidade. Deste modo, a instrumentalidade é tanto condição necessária de todo trabalho social quanto categoria constitutiva, um modo de ser, de todo trabalho.

Porém, não se deve reduzir o trabalho profissional à instrumentalidade da profissão, pois “os instrumentos e técnicas de intervenção não podem ser mais importantes que os objetivos da ação profissional” (SOUZA, 2008, p. 128). O assistente social não deve ficar preso aos instrumentos técnico-operativos apenas intervindo na demanda institucional, não reconhecendo a instrumentalidade, é preciso que o profissional tome como mediação “o Serviço Social como totalidade constituída de múltiplas dimensões: técnico-instrumental, teórico-intelectual, ético-política (GUERRA, 2000, p. 12)”. Mas isso não se configura, como já afirmado antes, em um péssimo profissional, pois é necessário considerar as múltiplas determinações que levam o profissional a agir de tal forma, seja pelo excesso de demandas, dificuldades na formação profissional, enfim, existem diversos fatores que dificultam a apreensão do fazer profissional em todas as suas dimensões.

Portanto, é imprescindível que a discussão sobre instrumentalidade na profissão seja realizada pela categoria profissional, pois isso é “primordial para que possamos desempenhar com competência as atribuições que foram definidas para o assistente social na lei de regulamentação profissional” (SOUZA, 2008, p. 124). Por fim, é importante mencionar que na sequência serão abordados aspectos relacionados ao Projeto de Intervenção, bem como a observação, intervenção e finalização do processo de estágio, a fim de contribuir na discussão do presente trabalho.

3.3 Projeto de Intervenção: da observação, intervenção e finalização do processo de estágio

É importante salientar que a elaboração do projeto de intervenção iniciou ainda no estágio I, de agosto a dezembro de 2016, e sua implementação deu-se no estágio II, de março a agosto de 2017, neste último ocorreu a troca de campo de estágio do CRAS Passo para o CRAS Paraboi. Deste modo, o projeto de intervenção compõem requisitos para a formação profissional, especificamente no

componente curricular de Estágio Supervisionado em Serviço Social, conforme Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social⁵ da UNIPAMPA.

O interesse pelo projeto de intervenção ocorreu a partir da aproximação com o grupo de adolescentes do CRAS Passo, o qual faz parte do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, previsto na Proteção Social Básica. Assim, a partir de sucessivas aproximações com o grupo, observou-se a necessidade de construir estratégias de intervenção que contribuíssem para que os vínculos entre os participantes fossem fortalecidos. Neste sentido, a periodicidade dos encontros se deu uma vez por semana e, em média, havia participação de quatro a cinco usuários por encontro. Destaca-se que foi realizada busca ativa⁶ objetivando que os usuários retomassem seu vínculo com o CRAS, mas muitos participavam do Programa Mais Educação⁷, do Governo Federal. A inovação do projeto, em relação ao grupo, constituiu-se na experiência do diálogo, pois o que antes não era importante para o grupo, no decorrer do projeto passou a ser, o que antes eram apelidos pejorativos, brigas, discussões, depois se tornou diálogo, reflexão e importância com o outro.

Deste modo, o projeto teve como objetivo geral contribuir para o fortalecimento dos vínculos entre os adolescentes do grupo de convivência do CRAS Passo, a fim de superar a fragilidade presente nos vínculos. Além disso, foram desenvolvidos três objetivos específicos: possibilitar a organização de um espaço de troca de experiências e vivências no grupo; identificar os motivos pelos quais os integrantes agem de forma agressiva uns com os outros; e promover atividades que envolvam os usuários do grupo. Assim, a partir das observações no decorrer do estágio I, pensou-se em construir estratégias de intervenção que contribuíssem para que os vínculos entre o grupo fossem fortalecidos, ao promover atividades que

⁵ Conforme o Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social de 2016, o objetivo geral do estágio é oportunizar aos discentes a inserção em espaços que possibilitem a experiência pré-profissional para o exercício de uma postura ética, crítica e propositiva frente às demandas relacionadas aos seus objetos de estudo e de intervenção, caracterizando momento de aprendizagem, e fortalecendo a pesquisa técnico científica relacionada aos problemas peculiares de cada curso, em consonância com o perfil de egresso do curso e da Instituição (UNIPAMPA, 2016).

⁶ “A busca ativa refere-se à procura intencional realizada pela equipe do CRAS para identificar as situações de vulnerabilidade e risco social, ampliar o conhecimento e a compreensão da realidade social, para além dos estudos e estatísticas. Contribui para o conhecimento da dinâmica do cotidiano das populações (a realidade vivida pela família, sua cultura e valores, as relações que estabelece no território e fora dele); os apoios e recursos existentes e, seus vínculos sociais” (BRASIL, 2009, p. 29).

⁷ O Programa Mais Educação tem por finalidade contribuir para a melhoria da aprendizagem por meio da ampliação do tempo de permanência de crianças, adolescentes e jovens matriculados em escola pública, mediante oferta de educação básica em tempo integral (BRASIL, 2010).

envolvam os integrantes, para que os mesmos construam seus vínculos comunitários fragilizados.

Assim, o projeto de intervenção foi pautado no desenvolvimento de caráter interventivo voltado para o fortalecimento dos vínculos dos adolescentes do CRAS Passo, a fim de contribuir para a superação da fragilidade dos vínculos presentes no grupo. No primeiro momento foi desenvolvida uma breve fundamentação teórica a respeito das categoriais família, vínculos, usuário, política de assistência social, que serviu como base de compreensão do problema de intervenção. Logo, procurou-se realizar sucessivas aproximações com o grupo de adolescentes para sondar as possíveis atividades que poderiam contribuir no processo de intervenção com os mesmos. Portanto, a partir dos objetivos propostos, elaborou-se um plano de trabalho a fim de dar conta da proposta do projeto, conforme tabela abaixo:

Tabela 2 – Plano de Trabalho do Projeto de Intervenção

<p>1º Encontro 02/05/2017</p>	<p>Apresentação do Projeto de Intervenção no CRAS Passo para os/as usuárias/os do grupo de adolescentes e as supervisoras de campo e acadêmica. O início ocorreu com uma dinâmica: como você está se sentindo hoje? A dinâmica propunha desarmar o grupo, fazendo com que o colega conte como está naquele dia, expressando seus sentimentos, suas angústias e vivências. Após, iniciou-se a atividade do filme: Vista Minha Pele, que conta a história de uma garota – Maria – que sofre <i>bullying</i>⁸, racismo e discriminação porque é branca e a escola dela é toda de negros. Após o término do filme, foi aberta a discussão com o grupo a respeito das observações sobre o filme. E, por fim, foi feito um momento de avaliação da atividade com a entrega de um pequeno questionário contendo três opções para marcar com um x se a atividade estava boa, ruim ou regular e uma opção em (outros), caso o usuário sentisse vontade em escrever. A atividade teve como objetivo contribuir para que o grupo construa um espaço de</p>
---------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

⁸ “*Bullying* é um termo da língua inglesa (bully= “valentão”) que se refere a todas as formas de atitudes agressivas, verbais ou físicas, intencionais e repetitivas, que ocorrem sem motivação evidente e são exercidas por um ou mais indivíduos, causando dor e angústia, com o objetivo de intimidar ou agredir outra pessoa sem ter a possibilidade ou capacidade de se defender, sendo realizadas dentro de uma relação desigual de forças ou poder” (CAMARGO, 2014, s/p).

	trocas de experiências e vivências.
2º Encontro 09/05/2017	<p>Iniciou com a dinâmica chamada Dinâmica das Balas, que tem por objetivo propiciar uma situação onde a solução do desafio é o trabalho coletivo cooperado. Assim, foi distribuída uma bala para cada participante, a partir da formação de duplas, e foi pedido para que eles a segurem com as duas mãos para trás. O desafio era desembulhar a bala e colocá-la na boca do colega de dupla, que depois fará o mesmo com o outro sem tirar as mãos de trás do corpo. Também não foi permitido soltar a bala sobre a mesa ou sobre a cadeira e pegá-la com a boca. Como o desafio é impossível de ser solucionado de forma fácil individualmente, apenas quem trabalhar em equipe conseguirá pôr a bala na boca. Deste modo, esta dinâmica põe em prática a reflexão de trabalhar em equipe, demonstrando que é possível realizar um trabalho no coletivo, sem disputas com o colega, apesar das condições adversas do mundo das relações sociais que apresentam competitividade a todo o momento. Logo após a dinâmica, começou a atividade Expressão Artística como meio de Dar e Receber. Esta atividade objetiva vivenciar os problemas ocorrentes em sentimentos, com o dar e receber um presente entre o grupo, a fim de problematizar os sentimentos que são observados através do decorrer da atividade, para facilitar o relacionamento interpessoal entre o grupo através da percepção que se tem do outro. O estagiário (a) solicitou ao grupo que caminhassem em silêncio pela sala e que formassem par com alguém por quem tinham afinidade ou não. Foi pedido aos participantes que utilizassem a massa de modelar para fazer um presente a ser dado ao seu par. Terminada a tarefa, os facilitadores solicitaram que cada um entregasse o seu “presente” à pessoa escolhida, dizendo os motivos que o levaram a presenteá-la. Assim, foi pedido ao grupo para que dissessem como se sentiram ao dar e ao receber os presentes, enfatizando as dificuldades que a maioria tem para escolher o que dar e, principalmente, para receber presentes e falar sobre o outro. E por fim, foi efetuada a avaliação da atividade.</p>
3º	Devido à mudança de campo de estágio, do CRAS Passo para o CRAS

Encontro 29/07/2017	<p>Paraboi, no terceiro encontro foi preciso apresentar novamente o projeto de intervenção para os usuários do CRAS Paraboi e a supervisora de campo, a fim de os mesmos conhecerem a proposta do projeto. Assim, a primeira atividade apresentada no campo de estágio foi a música Trem Bala, da cantora Ana Villela, que produz uma reflexão sobre as coisas simples da vida, como por exemplo, a mãe que segura o filho no colo, de abraçar os pais enquanto estão junto a nós, dos sonhos, das escolhas que fizemos, coisas que o dinheiro não pode comprar e que a vida é trem bala. Ou seja, tudo acontece muito rápido que não se consegue olhar para as pequenas coisas ao nosso redor. Então, após fazer reflexão com o grupo, deu-se início ao foco da atividade Quem Sou Eu. Cada usuário expressou através da arte quem são eles, quais seus sonhos nessa sociedade de relações instantâneas e passageiras. Após o término, cada usuário compartilhou no grande grupo a expressão de como se reconhece e quais são seus sonhos. Os materiais que serão usados para a atividade, tinta guache, papel pardo ou folha A4, pincéis. Após fazer uma reflexão com o grupo a partir das fala dos mesmos, teve o momento de avaliação da atividade, onde os usuários falaram/escreveram contribuições, sugestões, dentre outros.</p>
4º Encontro 06/07/2017	<p>Atividade de colagem com papel crepom com o objetivo de proporcionar momentos de descontração com o grupo, promovendo autoconhecimento e a socialização dos trabalhos, a fim de contribuir na formação de sua identidade. Primeiramente, foi solicitado que cada um escolhesse uma figura ou imagem que correspondesse a algo que representa os sonhos ou como se caracteriza como pessoa, sentimentos, qualidades ou defeitos. Logo, iniciou a colagem, utilizando os seguintes materiais: papel crepom de diferentes cores (azul, roxo, rosa, verde), além de cartolina e cola. Após o término da atividade, cada um apresentou de forma opcional no grande grupo e contou um pouco do que aquele desenho representa na sua vida, na sua personalidade e em seu cotidiano. Por fim, realizou-se a avaliação da atividade a fim de buscar sugestões e problematizações acerca do que foi desenvolvido.</p>

<p>5º Encontro 13/07/2017</p>	<p>Neste encontro foi proposto para o grupo assistir ao filme <i>Escritores da Liberdade</i>, que conta a história de uma turma de alunos considerados problemáticos, porém, uma professora acredita nos alunos e decide quebrar as barreiras da sala de aula e ajudar esses alunos, mas não consegue o apoio da direção da escola e dos outros professores. Apesar de ter muitas frustrações, a professora não desanima e resolve seguir em frente no trabalho com aquele grupo de meninos (as) acreditando fielmente que há como quebrar as mazelas étnicas e sociais que ali existem. O objetivo desta atividade foi promover reflexões acerca do território onde os usuários vivem, além de trazer para a conversa suas vivências e experiências no bairro onde residem para compreender o que leva os vínculos do grupo a se fragilizarem e manterem ações agressivas uns com os outros. Desse modo, o grupo foi convidado a assistir o filme e no decorrer anotar frases que mais chamaram atenção deles nas cenas apresentadas. No término da atividade, cada um teve que ler as frases que anotou para iniciar o debate e reflexões. Por fim, será realizada a avaliação da atividade com sugestões ou insatisfação do que foi apresentado.</p>
<p>6º Encontro 20/07/2017</p>	<p>Confraternização com o grupo de adolescentes do CRAS Paraboi a fim de agradecer pela participação dos mesmos no projeto, além de frisar a importância que eles possuem na instituição, onde em conjunto houve a possibilidade de viabilização da execução do projeto de intervenção. Contudo, será organizada uma roda de conversa no intuito de refletir sobre as atividades desenvolvidas e os possíveis reatamentos no cotidiano dos adolescentes. Por fim, foi projetado um vídeo de agradecimentos para o grupo.</p>

Fonte: Ferreira (2017, p. 18-20).

É possível observar que a atividade do primeiro encontro, que ocorreu dia dois de maio de dois mil e dezessete, proporcionou uma reflexão no grupo, a partir da experiência que tiveram em descobrir que o preconceito é apresentado de diversas formas e que é preciso estar atentos às diversas situações que, muitas vezes, passam despercebidos em nosso cotidiano. Assim, como na atividade posterior, no dia nove de maio de dois mil e dezessete em que o grupo desencadeou

um sentimento de harmonia e de pertencimento ao grupo, conseguindo descrever em poucas palavras o que aquele presente significava e por que decidiu presentear aquela pessoa, que antes parecia desconhecer.

A articulação que vinha ocorrendo no projeto foi interrompida com a troca de campo de estágio. Esta situação causou algumas dificuldades no desenvolvimento do projeto, que refletiu na participação dos usuários no projeto de intervenção. Neste sentido, foi necessário o replanejamento da estrutura do projeto, prorrogando o término do estágio e, acima de tudo, foi preciso construir novamente o vínculo com o grupo de adolescentes do CRAS Paraboi e com a Instituição. Sendo assim, como havia sido planejado seis encontros no CRAS Passo, devido a troca de campo de estágio, foi possível realizar apenas dois encontros, o do dia dois e nove de maio. Os quatro últimos encontros do dia 29 de junho, seis, treze e 20 de julho foi realizado no CRAS Paraboi.

Outra questão que foi possível observar com a implementação do Projeto de Intervenção foi que apesar das dificuldades apresentadas neste recomeço, foi possível realizar as atividades, mesmo que houvesse pouca participação dos usuários. Por exemplo, ocorreram atividades que tinha um, dois usuários, mas que esses saiam com alguma reflexão sobre o que foi tratado nos encontros. É gratificante quando você percebe que os usuários se cumprimentam de forma diferente do de costume, refletindo junto situações vivenciadas no cotidiano, na escola, na família. Cabe ressaltar que a experiência do projeto de intervenção no processo de estágio é uma aproximação de como ocorre o trabalho do profissional assistente social. Pois é planejado, executado e monitorado, apesar de serem intervenções muito pontuais, se acaba por descobrir a história de vida dos sujeitos, há um envolvimento muito grande por parte do estagiário (a), que se dedica pensando atividades e ações de intervenções, etc.

Além disso, o estágio demonstra na formação profissional que não é possível intervir na realidade social se não for um profissional ativo, criativo, propositivo e crítico, pois desenvolver ações para envolver adolescentes em um contexto no qual os recursos materiais, financeiros e humanos são sucateados não é tarefa fácil. Mas, é a partir da intencionalidade de cada profissional querer compartilhar e construir o melhor. Assim, foi criado um sistema de monitoramento a fim de avaliar o projeto cotidianamente, a cada encontro, conforme o que segue:

Tabela 3 - Sistema de Monitoramento do Projeto de Intervenção

Objetivo Geral	Objetivos Específicos	Atividades	Indicadores	Meio de Verificação
Contribuir para o fortalecimento dos vínculos adolescentes do grupo de convivência do CRAS Passo, para superar a fragilidade dos vínculos presente no grupo.	Possibilitar um espaço de troca de experiências e vivências no grupo;	Filme (Vista Minha Pele); Expressão Artística Como Meio de Dar e Receber; Quem Sou Eu? Música Trem Bala (Ana Villela).	Participação ativa do grupo na atividade proposta; Número de adolescentes que participaram da atividade	Registro da fala dos usuários sobre a atividade. Ficha de presença.
	Identificar os motivos pelos quais os integrantes agem de forma agressiva uns com os outros;	Atividade de colagem com papel crepom	Participação de integrantes do grupo nas discussões. Adesão de 50% dos adolescentes na roda de conversa.	Registro dos relatos do grupo. Ficha de Presença.
	Promover atividades que envolvam os	Confraternização com o grupo de adolescentes do	Número de adolescentes que	Ficha de presença.

	usuários do grupo.	Cras Paraboi.	participaram na atividade.	Relatório da atividade.
--	--------------------	---------------	----------------------------	-------------------------

Fonte: Ferreira (2017, p. 21-23).

Avaliando o projeto de intervenção tanto no CRAS Passo quanto no CRAS Paraboi, pode-se dizer que o mesmo perpassou por fases difíceis em sua execução. Primeiramente, teve início com um mês e meio de atraso e, no decorrer do projeto, não havia usuários adolescentes para iniciar as intervenções. Diante disso, a supervisora de campo do CRAS Passo propôs que fosse realizada busca ativa em conjunto com os demais estagiários (as) a fim de trazer novamente os adolescentes para a instituição. Então, elaborou-se convites que foram levados até as residências dos usuários que faziam parte do território do CRAS Passo.

É importante salientar que a busca ativa foi feita a pé, batendo de porta em porta, convidando no mínimo uns trinta adolescentes a retornarem à instituição para participar do grupo de convivência. Apesar desta iniciativa, os adolescentes não retornaram aos grupos, tendo sido necessário novamente realizar uma segunda tentativa de busca ativa, desta vez, aproveitaram-se as visitas domiciliares e para fazer o convite aos adolescentes. Após esta segunda tentativa, no dia nove de maio de dois mil e dezessete deu-se início a primeira intervenção no grupo de adolescentes, ao qual teve participação de quatro usuários. Assim, avaliam-se as atividades desenvolvidas no projeto de intervenção não pela quantidade de usuários, mas, pelo esforço que foi preciso realizar para trazê-los para a instituição e o desafio de mantê-los ativos no espaço.

À medida que os usuários conseguiram se relacionar cada vez mais uns com os outros através das atividades desenvolvidas, e também a partir do registro das falas dos (das) usuários elogiando o grupo, as atividades e a estagiária, observou-se que o projeto possibilitou cada vez mais a aproximação entre os integrantes, contribuindo para superar a fragilidade dos vínculos comunitários. Através dos encontros também foi possível observar algumas mudanças de comportamento para com o outro dentro do grupo, como está expresso na fala de um usuário que disse “eu gostei muito do grupo, das atividades, por que a senhora é legal e só traz coisa legal... muito legal” (SIU)⁹. Então, através destes pequenos registros foi possível

⁹ Segundo informações do usuário.

avaliar que o projeto de intervenção trouxe alguma mudança no modo dos adolescentes de olhar suas ações, atitudes e vivências para com o grupo.

Enquanto contribuições para a instituição e para o profissional assistente social acredita-se que é possível trabalhar em coletivo para desenvolver ações que levam a potencializar o cotidiano institucional e profissional. É possível olhar para os usuários com olhar humano, compreendendo o sujeito em sua totalidade, desconstruindo a ideia que assistência social é uma ajuda aos necessitados. É possível lutar para melhorar a estrutura econômica, social e financeira do espaço institucional, a fim de melhorar o atendimento, os serviços, programas, projetos e benefícios. É preciso construir a intencionalidade nas ações que são desenvolvidas em conjunto com os demais profissionais comprometidos com bem estar dos usuários.

Neste sentido, o CRAS é um espaço que reserva grandes potencialidades políticas de reivindicação por direitos básicos, sendo que é porta de entrada para a população que se encontra desassistida, o que realmente falta é intenção refletida em ação para que se tenha essa concretização. Portando, nem tudo está totalmente fragmentado, que não possa ser resignificado, basta querer realizar mudança e a mudança esta em cada um de nós.

4 O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Após discorrer sobre o processo sócio-histórico da Política de Assistência Social e de um breve relato da experiência de estágio no CRAS, pretende-se desenvolver neste capítulo uma reflexão sobre os desafios e perspectivas do trabalho do assistente social na política de assistência social. Este capítulo é composto de dois subitens que problematizam o trabalho, os quais tratam a respeito do trabalho, do assistente social e política de assistência social, se há uma equação possível entre estas três dimensões, bem como trata da proteção social básica. Reflete-se se há como relacionar estas categorias para trabalhar na perspectiva de transformação da realidade social e, se há, a partir de quais ações é possível desenvolvê-la? E, por fim, apresenta-se algumas reflexões acerca da Proteção Social Básica, como potencialidades para a intervenção profissional na ótica do direito, cidadania e justiça social, desconstituindo a visão endógena de proteção com viés de assistencialismo, buscando refletir como o profissional articula suas dimensões profissionais para que se afaste do caráter assistencialista herdado pela profissão?

4.1 Trabalho, assistente social e Política de Assistência Social: uma equação possível?

A proposta neste item é trabalhar as três categorias direcionadas acima que nortearam toda a discussão do trabalho. O que faz pensar, possibilidades para articulação do trabalho profissional do assistente social na política de assistência social, no âmbito da Proteção Social Básica. Para conseguir realizar esta mediação, o profissional deve e precisa utilizar do arsenal de conhecimentos ético-político, teórico-metodológico e técnico-operativo. Além de abranger as legislações próprias do Serviço Social, como a Lei de Regulamentação da Profissão, Código de Ética Profissional, e, sobretudo, as legislações da política de assistência social.

É importante salientar que para compreender a profissão e o modo como intervém na realidade dos sujeitos, em especial na política de assistência social, é preciso entendê-la como parte integrante das transformações históricas da sociedade, necessidade de transpor o universo profissional desta profissão

entendida na totalidade. Não é possível discutir o quadro sócio-histórico da profissão apenas como plano de fundo do trabalho profissional, pois ele atravessa o cotidiano do exercício profissional, comporta muito mais além, afeta as condições e as relações em que o trabalho do assistente social é realizado, assim como na vida dos usuários dos serviços socioassistenciais, seja na assistência social, ou em qualquer outro espaço sócio-ocupacional.

Como explicitado nas discussões anteriores, em toda e qualquer leitura da realidade não se pode esquecer que o trabalho do assistente social se faz no tensionamento entre trabalho e capital. Este tensionamento gera processos de reprodução das relações sociais, entre a reprodução das forças produtivas sociais do trabalho e das relações de produção na sua globalidade. Neste sentido, o trabalho do assistente social na política de assistência social não depende apenas das intenções pessoais dos profissionais, mas também dos condicionantes histórico-sociais em que trabalha o profissional, pois a profissão é atravessada por relações de poder econômicas e políticas que decorrem da sociedade capitalista.

Porém, apesar dessas dificuldades no exercício profissional, o assistente social precisa fazer o enfrentamento e desvendar o objeto de sua intervenção para além da demanda institucional, ou seja, é essencial o desenvolvimento de um trabalho consistente, assim pensar a intervenção profissional requer olhar para duas dimensões. A primeira diz respeito às condições sócio-históricas, que vão além da vontade individual do sujeito, e de outro as respostas de caráter ético-político e técnico-operativo, alicerçadas aos conhecimentos teórico-metodológicos da profissão. Exige que os profissionais tenham a competência de saber identificar como a questão social que se manifesta na vida dos sujeitos, a partir de como chega para os assistentes sociais na instituição. Portanto, é de suma importância que possamos articular o conhecimento adquirido durante toda formação para construir os processos interventivos.

A falta desta compreensão os assistentes sociais pode levar à produção de uma intervenção pragmática, desconectada da realidade que, ao invés de reconhecer os usuários como sujeitos de direitos, os vê culpados de sua condição. Ser assistente social requer muito de responsabilidade com a profissão, com os usuários e consigo mesmo. Atualmente, há uma carência dos profissionais em defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e atribuições profissionais. Pois alguns profissionais limitam o seu exercício profissional às rotinas institucionais,

não conseguem ultrapassar sua intervenção a partir do movimento da realidade social, aprimorando tendências e possibilidades de serem apropriadas em seu cotidiano profissional. Não se pretende aqui de forma alguma julgar os profissionais, mas sim refletir sobre os processos que desencadeiam essa fragilidade. Na verdade, há uma preocupação em relação a como as intervenções vêm sendo desenhadas pelos assistentes sociais na contemporaneidade.

Outra questão importante de se refletir no exercício profissional, é o profissional conhecer o espaço de trabalho que se insere, identificar que política pública está vinculada, sua finalidade, como se organiza, com que recursos contam, demandas que se propõe em atender, além de identificar o perfil do usuário da instituição, as demandas trazidas pelo mesmo, expressões que dão visibilidade à questão social e como organizam seu modo de vida e resistências. O espaço da política pública de assistência social é um espaço onde o assistente social pode estar trabalhando uma prática política capaz de contribuir no processo de construção de condições efetivas de outros patamares de sociabilidade. Pois uma sociabilidade orientada por valores e interesses humanos sem o predomínio dos interesses mercantis sobre as relações sociais pode aliar às possibilidades de protagonismo e de autonomia dos sujeitos sociais envolvidos nela, sobretudo, os usuários.

O assistente social, entendendo que as situações vivenciadas pelos sujeitos necessitam de atendimento pela política de assistência social, possuem raízes nas desigualdades de classes desenvolvidas pelo modo de produção capitalista. Esta desigualdade é permeada pela ausência e nulo acessos aos direitos, como emprego, saúde, educação, moradia, transporte, distribuição de renda, etc. Contribuem para que as políticas sociais que integram o sistema de proteção social brasileiro, a Seguridade Social, de modo que não seja atribuído à assistência social a intenção e o objetivo de responder a todas as situações de exclusão, vulnerabilidade e desigualdade social. Mas de um espaço de politização dos usuários, coletivo de socialização de informação sobre os direitos socioassistenciais e sobre o dever do Estado de garantir sua implementação.

Reconhecer o profissional que desenvolve seu trabalho na política de assistência social, em âmbito da proteção social básica, faz-nos pensar como este profissional contribui para que os usuários tenham o acesso aos direitos sociais de cidadania a partir da realidade social em que vivem. Portanto, remetendo à pergunta levantada no subitem, se é possível articular as três dimensões: trabalho, assistente

social e política de assistência social, pode sim tornar-se uma equação possível, desde que o profissional se reconheça como classe trabalhadora inscrita no movimento da luta de classes entre capital e trabalho, que compreenda a política pública de assistência social que desenvolve o seu trabalho e se reconheça profissional no movimento social da profissão que é histórico e contraditório.

4.2 Da Proteção Social Básica

A Proteção Social Básica é uma das proteções afiançadas pela política de assistência social e esta destinada aos sujeitos em situação de vulnerabilidade social. Conforme salienta Prisco (2012, p. 82), pode-se perceber que na contemporaneidade há a presença de uma

[...] proteção social híbrida, que combina uma supervisão indireta por parte do Estado com uma execução direta gerida pelo terceiro setor, o que vem impactando na qualidade de muitos dos serviços e benefícios ofertados, causando conseqüentemente a falsa sensação de dever cumprido.

O surgimento do terceiro setor no âmbito da assistência social retoma a visão de uma política assistencialista, reforçando o caráter do passado e enfraquecendo o Estado como responsável pelo desenvolvimento das políticas sociais. Ou seja, se o Estado não dá conta de desenvolver as políticas sociais, a demanda passa para o setor privado a responsabilidade, assim, “é possível perceber a presença do Estado, de modo residual, [...] por vezes por meio da transferência de recursos ao setor privado, por outras para as famílias que deveriam ser o foco da proteção” (PRISCO, 2012, p. 83).

Pode-se observar que a assistência social, ao desenvolver o acesso a quem dela necessitar, permite que a política se destine às populações desprovidas, que estão em situação de pobreza e pauperização, criando uma concepção de política focalizada na pobreza e extrema pobreza

O sistema brasileiro de proteção social ainda não opera uma cobertura universal para os riscos sociais, assim como não garante um patamar de renda mínima para o conjunto da população, não há dúvidas de que ele opera profícuas políticas, mobiliza grande volume de recursos e tem capacidade de impactar as condições de vida de expressivos segmentos sociais. E se não cabe a ele a responsabilidade única ou primordial de combate à pobreza e à desigualdade, é de se esperar que seus impactos sejam capazes de reduzir a proporção de brasileiros vivendo abaixo das linhas de pobreza ou de indigência (JACCOUD, 2009 apud PRISCO, 2012, p. 83).

Porém, apesar de haver contradições na proteção social básica, há de se referir esse espaço como potente para articular a transformação social, pois o assistente social é um profissional “da ponta”, que possui “habilidades e competências para a gestão pública nos âmbitos da assessoria, planejamento, avaliação, monitoramento” (RAICHELIS, 2010, p. 753), que possibilita ao profissional fazer articulações com os usuários, com os gestores, dentre outros, para construir outra visão de política social. É possível sim trabalhar nesta perspectiva, apesar das contradições inerentes ao exercício profissional.

Entretanto, é preciso correr contra a corrente neoliberal que desde 1990 vem provocando dilaceramento nas políticas sociais caracterizando-as como: “paternalistas, geradoras de desequilíbrio, custo excessivo do trabalho e, de preferência, devem ser acessadas via mercado, transformando-se em serviços privados” (BEHRING, 2009, p. 9). Ou seja, a política não gera lucro para os cofres públicos, pelo contrário, gera despesas, então libera para o setor privado, que daí a conta é cobrada do Estado através de impostos. Portanto, devem-se reduzir gastos públicos para equilibrar as contas públicas, assim o “neoliberalismo piora, evidentemente, esse quadro por propor o Estado mínimo, a focalização e a redução de direitos (BEHRING, 2009, p. 44)”. Neste sentido

o neoliberalismo descobre os “perigosos efeitos” do *Welfare State*. São eles: a desmotivação dos trabalhadores, a concorrência desleal (porque protegida), a baixa produtividade, a burocratização, a sobrecarga de demandas, o excesso de expectativas. E a conclusão neoliberal é: mais mercado livre e menos Estado Social, a partir de final dos anos 70 quando assumem governos claramente identificados com a programática conservadora (MONTES 2000 apud BEHRING, 2009, p. 3).

Outro aspecto que merece a atenção dos profissionais assistentes sociais são as condições atuais do capitalismo contemporâneo, que caracterizam-se pela

[...] globalização financeirizada dos capitais e sistemas de produção apoiados fortemente no desenvolvimento tecnológico, que promovem intensas mudanças nos processos de organização, gestão e nas relações e vínculos laborais da classe que vive do trabalho, resultando em “nova morfologia do trabalho”, com amplos contingentes de trabalhadores flexibilizados, informais, precarizados, pauperizados, desprotegidos de direitos e desprovidos de organização coletiva (ANTUNES, 2005 apud RAICHELIS, 2010, p, 75).

Essa nova precarização do mundo do trabalho também acaba por atingir o exercício profissional, ocasionando em “insegurança do emprego, precárias formas de contratação, intensificação do trabalho, pressão pelo aumento da produtividade e de resultados imediatos, ausência de horizontes profissionais de mais longo prazo” (RAICHELIS, 2010, p. 75). Assim, é importante atentar para as novas configurações do capitalismo contemporâneo que também refletem no trabalho do assistente social, pois este está inserido como classe trabalhadora, fazendo parte também do ciclo vicioso de reprodução do capital. Porém, o assistente social também contribui para este ciclo quando, indiretamente, direciona o acesso aos usuários, por exemplo, um aporte nutricional, apesar de reconhecermos a importância deste benefício para a subsistência mínima.

O grande problema do capital é exatamente quanto mais produz riquezas, mais produz pobreza, e este ciclo não acabará enquanto houver o capitalismo. Por isso, as políticas sociais dentro deste sistema só amenizam “o estrago” que o capital efetiva, bem como “dificulta o universalismo, a abrangência da política, a responsabilidade estatal como direito, mas o conservadorismo, que vem desde o Brasil Colônia, já introduzira a benemerência e a subsidiariedade” (BEHRING, 2009, p. 47). Como dito anteriormente, é preciso nos apropriar da assistência social e entender que a mesma não se restringe só às ações do governo federal, ela perpassa pela luta posta desde os municípios e precisa ser fortalecida. Nada mais oportuno que o assistente social que conhece a política fazer este movimento contínuo de afirmação como política pública de direito dos cidadãos. O trabalho do assistente social no SUAS perpassa por desafios, como já mencionado, pois

O Estado e as políticas públicas na contemporaneidade, inegavelmente, assumem características específicas na assistência social pelo seu histórico de desprofissionalização e de atuação com base em estruturas improvisadas e descontínuas, do qual são expressões emblemáticas a cultura autoritária, patrimonialista e clientelista e o primeiro-damismo (RAICHELIS, 2010, p. 76).

Portanto, mudar esta cultura histórica da assistência social não depende somente do assistente social, mas de um conjunto de fatores sociais, econômicos e políticos que somam para outra visão de política com acesso universal. Sendo assim, discutir a política de assistência social e o trabalho do profissional assistente social torna-se um processo ainda mais complexo, pois ao mesmo tempo em que o assistente social vislumbra possibilidades de realizar o seu trabalho de forma democrática, há barreiras que dificultam este desenvolvimento. Porém, não há fórmulas de como fazer este processo, a não ser exercitando práticas cotidianas do que é ser assistente social, trabalhando no sentido de promover processos de transformação social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos objetivos do estudo, desenvolveram-se algumas reflexões, sendo que estas tiveram como norte o seguinte questionamento: Quais são os atuais desafios à materialização das competências profissionais e atribuições privativas do assistente social na proteção social básica da política de assistência social? Procurou-se evidenciar como o profissional assistente social por meio das suas atribuições privativas e competências profissionais desenvolve sua intervenção na perspectiva dos direitos de cidadania. Além disso, também se procurou evidenciar neste estudo contribuições para a categoria profissional dos assistentes sociais no que diz respeito a sua inserção neste espaço sócio-ocupacional.

Assim, no que diz respeito ao primeiro capítulo deste estudo, o qual tinha como objetivo problematizar como se configura os processos de trabalho do assistente social na política de assistência social, no âmbito da proteção social básica, identificou-se que ainda há resquícios de uma política assistencialista, focalizada na pobreza e na pauperização dos sujeitos, mesmo depois da inserção da assistência social no tripé da Seguridade Social como política pública não contributiva, há presença de práticas voltadas para ajuda, dificultando a compreensão da política como um direito garantido constitucionalmente.

Também se evidencia que a política de assistência social conseguiu avançar em termos legais a partir da Constituição de 1988, inserindo a assistência social no tripé da Seguridade, em 1993 legitimando-a com a Lei Orgânica de Assistência Social. Logo, dez anos depois em 2004 cria-se a Política Nacional de Assistência Social, e três anos depois o Conselho Nacional de Assistência Social cria a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social.

Pode-se observar também, a partir do estudo, que a assistência social obteve avanços, sendo que isso é indiscutível. Porém, o que se coloca em reflexão é que somente criar legislações não é suficiente para romper com esse caráter assistencialista que permeia o cotidiano da assistência social, também é preciso que os trabalhadores do SUAS, em especial o assistente social, se coloquem a disposição para fazer esses enfrentamentos, para potencializar o seu trabalho. Claro que também é possível reconhecer que não é somente o assistente social que fará essa transformação, que é preciso um trabalho para além do Serviço Social. Pois as visões dos gestores e do Estado é agir de forma a promover o acesso à assistência

social, como uma política de focalização na pobreza, desconsiderando que a estrutura social, política e econômica devem caminhar juntas em relação ao desenvolvimento da sociedade brasileira. O que remete a assistência social sofrer descaso por parte dos governantes, uma vez que não oferece retorno financeiro ao Estado e o mercado.

Evidenciou-se também que os profissionais assistentes sociais devem ficar atentos para as armadilhas que se apresentam no campo das políticas sociais, em especial a política de assistência social na contemporaneidade. Assim, é importante aqui referir que não pode deixar escamotear o debate acerca da universalização no campo da proteção social, apenas como uma política pontual e de focalização na pobreza, é preciso ampliá-la.

Assim, no capítulo três que tinha por objetivo realizar um breve relato da experiência de estágio curricular obrigatório em Serviço Social I e II, vivenciado no CRAS Passo e CRAS Paraboi, a fim de contribuir em âmbito da proteção social básica. Nesse sentido, identificou-se que o cotidiano de trabalho do profissional assistente social é permeado por relações de poder e de interesses que, muitas vezes, dificultam o trabalho do mesmo. Porém, é preciso fazer enfrentamentos, demonstrar para os gestores sua capacidade de apreensão da realidade social, dialogando com a equipe para coletivamente melhorarem o espaço de trabalho, mediante o desencadeamento de processos de resistência.

Perceber e reconhecer que o campo político-social é permeado por contradições, requer ao profissional tratar de intervenções, análises e diagnósticos de forma totalizante, a fim de problematizar e potencializar as ações desenvolvidas nesse espaço para que possa construir coletivamente, para melhor desenvolver a ideia de que a assistência social é um espaço de possibilidade para a politização e ampliação da garantia ao acesso aos direitos sócio assistências.

Também se evidenciou que se o profissional desenvolver o seu trabalho com base nas legislações da profissão, como o Código de Ética Profissional e a Lei de Regulamentação da Profissão, terá maiores condições de fazer o enfrentamento diante das demandas, tendo em vista o caráter coletivo desses instrumentos legais. Pois sabe como deve agir, as mediações que precisa fazer, como devem ser feitas e por que – intencionalidade – mas sempre levando em consideração que não será somente este profissional para promover a mudança, mas sim de um conjunto de iniciativas por parte do Estado, dos gestores, da equipe, dentre outros.

Identifica-se que o CRAS e junto a ele o profissional assistente social somam para que ações inclusivas sejam realizadas na política de assistência social, que faz do profissional produzir iniciativas que venham a contribuir para os usuários desta política ter acesso aos direitos sociais, promovendo a luta e resistência dos mesmos, na busca de autonomia de si e de seus familiares. Além de ser uma instituição que, apesar de suas contradições, possibilitou a aproximação do Serviço Social com a população usuária. O exemplo foi o próprio desenvolvimento e implementação do projeto de intervenção com os adolescentes que, apesar das dificuldades, proporcionou momentos de reflexão com o grupo e a afirmação dos vínculos comunitários fragilizados.

Através dos processos interventivos, observaram-se também algumas mudanças no grupo, como por exemplo, o modo dos adolescentes olhar com mais cuidado para o colega, refletir suas ações, atitudes e vivências para com o grupo. Foi possível identificar assimilações de reflexões dos adolescentes através das falas, e espera-se que levem essas experiências para seu cotidiano de vida, no sentido de se efetivar o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

Já no capítulo quatro, cujo objetivo foi destacar os desafios e perspectivas do trabalho do profissional assistente social na conjuntura atual de desmonte da política pública de assistência social, evidenciou-se que o profissional assistente social tem em seu trabalho condições históricas, sociais e políticas para realizar os enfrentamentos do cotidiano de trabalho, o qual se materializa com base nas suas atributivas privativas e competências profissionais. Pois é um profissional que analisa a realidade social não de forma linear, mas a partir do movimento histórico, político, social e econômico do próprio movimento da realidade – sendo essa análise fundamentada no método dialético-crítico. E isso é de uma preciosidade que torna esse profissional capaz de analisar a sociedade e as relações que a compõem na perspectiva da totalidade, o que faz compreender a raiz fundante das expressões da questão social não como algo nato dos sujeitos, mas de múltiplas expressões advindas do modo de produção capitalista.

Também se evidenciou neste estudo que para os profissionais fazerem os enfrentamentos é imprescindível que os mesmos, ao buscar sua inserção na política de assistência social, tenham clareza de suas contribuições, de suas atribuições privativas e competências profissionais no espaço sócio-ocupacional. Ou seja, que não seja somente mais um espaço de inserção profissional, mas um espaço de

intervenção profissional que venha contribuir na transformação social da realidade dos sujeitos usuários da política de assistência social, através da socialização de informações aos usuários sobre seus direitos de cidadania.

Evidencia-se também que é possível articular o trabalho do assistente social com a política de assistência nas intervenções para afirmar os direitos sociais, desde que o profissional se reconheça como classe trabalhadora, inscrita no movimento da luta de classes entre capital e trabalho; que compreenda a política pública de assistência social; que desenvolva o seu trabalho a partir das suas atribuições privativas e competências profissionais na perspectiva dos direitos de cidadania; e que se reconheça profissional no movimento social da profissão que é histórico e contraditório.

Por fim, considerando o conjunto das reflexões desenvolvidas no decorrer do estudo e o problema que o norteou, o qual diz respeito aos atuais desafios à materialização das atribuições privativas e competências profissionais do assistente social na política de assistência social no âmbito da proteção social básica, é possível referir que há desafios concretos que dificultam essa materialização. O primeiro desafio diz respeito ao assistente social se colocar como um “plantão de emergências”, ou seja, atender a população usuária somente em sua necessidade imediata: tem fome, o aporte nutricional “ameniza” a “fome”; não tem renda, o Programa Bolsa Família “ameniza” “a falta de renda”, tem frio, o agasalho “inibe/ameniza” o frio.

A questão é que a própria política de assistência social, como se evidenciou na sua trajetória histórica, é caracterizada como uma política focalizadora, de controle das famílias e de benefícios de transferência de renda. Além do mais, a própria inserção do assistente social na trajetória histórica das políticas sociais, em especial a assistência social, o profissional foi requisitado pelo Estado para atuar com ênfase em “amenizar” os conflitos sociais daquele período. Sem contar que a própria profissão formava profissionais com viés assistencialista, conservador e de práticas moralizantes voltadas para o ajustamento dos indivíduos. Por isso, ainda hoje no atual cenário contemporâneo os assistentes sociais e a política de assistência social perpassam por resquícios conservadores, de uma política focalizada na pobreza e, em alguns casos, uma intervenção pautada em práticas assistencialistas. Pois para mudar a história é preciso olhar para o passado, para

compreender o futuro, e enfrentar esses desafios que dificultam a materialização das atribuições e competência profissionais dos assistentes sociais na assistência social.

O segundo desafio é o assistente social realizar enfrentamento a partir do espaço sócio-ocupacional que ocupa. Como se sabe, o maior empregador de assistentes sociais é o setor público, embora o seu trabalho também seja requisitado por outros setores como o privado, reforçando a sua condição de trabalhador assalariado. Neste sentido, igualmente é submetido aos processos de precarização e de insegurança no trabalho, o que pode gerar receio em reivindicar os direitos dos usuários e seus próprios direitos. Nesta perspectiva, os assistentes sociais acabam na execução direta dos serviços socioassistenciais, inviabilizando processos cotidianos de transformações sociais. Nessa lógica, o Estado reforça o setor privado transferindo recurso público para o mesmo e assim sucateando as políticas sociais.

Apesar dos desafios, não se pode perder de vista a importância do assistente social e de suas potencialidades neste espaço que é a assistência social. No que tange aos direitos e deveres dos/as assistentes sociais, presentes no artigo 2º e 3º do Código de Ética Profissional. A primeira potencialidade diz respeito aos direitos do profissional de defender suas atribuições e competências, a fim de exercer as atividades inerentes à profissão de forma participativa, elaborando, gerenciando e implementando políticas sociais, a partir da inviolabilidade do local do seu trabalho, dentre outras. Tendo o profissional a clareza do método que conduz a profissão, estando respaldado pelos documentos legais como o Código de Ética Profissional, Lei de Regulamentação da Profissão, e a partir da criação de documentos que impactam em nosso cotidiano profissional. O que prevalece são possibilidades de mediação para enfrentar as dificuldades colocadas no cotidiano profissional.

A segunda potencialidade comporta aos deveres dos profissionais, que corresponde agir de forma ética, compromissada com a profissão, com os usuários, as instituições e os demais profissionais. Ou seja, é preciso que o profissional se desafie cotidianamente, que procure resignificar o seu trabalho, descubra as potencialidades do seu agir profissional, no qual identifique os momentos que são possíveis construir junto aos usuários, aos profissionais colegas de trabalho ações de fortalecimento do coletivo, driblando assim os desafios que se apresentam em seu cotidiano de trabalho profissional.

REFERÊNCIAS

BEHRING, E. R. As novas configurações do Estado e da sociedade civil no contexto da crise do capital. In: Conselho Federal de Serviço Social (CFESS); Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

BRASIL. **Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília, 1993.

_____. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS)**. Brasília, 2004.

_____. **Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais**. Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). Brasília, 2009.

_____. **Orientações Técnicas**: Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). 1. ed. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009.

_____. **Decreto nº 7.083, de 27 de janeiro de 2010**. Dispõe sobre o Programa Mais Educação. Brasília, 2010.

CAMARGO, M. **Configurações do trabalho do assistente social na Atenção Primária em Saúde (APS) no século XXI**: um estudo da produção teórica do Serviço Social brasileiro. Porto Alegre: PUC, 2014.

CAMARGO, O. **Bullying**. 2014. Brasil Escola. Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br/sociologia/bullying.htm>>. Acesso em 18 out. 2017.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social**. Brasília, 2011.

COUTO, B. R. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. Assistência Social: direito ou benesses? **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 124, p. 665-677, out./dez., 2015.

FALEIROS, V. P. **Saber profissional e poder institucional**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FERREIRA, J. W. **Questão social: apreensão e intervenção no trabalho dos assistentes sociais**. Dissertação (mestrado). Porto Alegre: PUC-RS, 2008.

FERREIRA, I. M. **Projeto de Intervenção**. São Borja: UNIPAMPA, 2017.

_____. **Relatório Final de Estágio**. São Borja: UNIPAMPA, 2017.

FILHO, W. S. F. **Assistência Social, legislação e programas sociais do Governo Federal**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2010.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GUERRA, Y. A Instrumentalidade no trabalho do Assistente Social. In: CFESS/ABEPSS/UNB. **Cadernos do Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais: Capacitação em Serviço Social e Política Social, Módulo 4: O trabalho do assistente social e as políticas sociais**. Brasília: CFESS/ABEPSS/UNB, 2000.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico de 2000/2010**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=431800&search=||infogr%E1ficos:-informa%E7%F5es-completas>>. Acesso em: 01 out 2017.

KONDER, L. **O que é dialética?** São Paulo: Brasiliense, 2004.

LEFEBVRE, H. **Lógica formal/lógica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

MARTINS, L. C. P.; KRILOW, L. S. W. **A Crise de 1929 e seus reflexos no Brasil: a repercussão do crack na Bolsa de Nova York na imprensa brasileira**. 2015. Disponível em: <file:///C:/Users/W7/Downloads/GTMIDIMP_MARTINS-%20Luis_%20KRILOW-%20Leticia.pdf>. Acesso em 15 out. 2017.

MATOS, M. C. Considerações sobre as atribuições e competências profissionais dos assistentes sociais na atualidade. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 124, p. 678-698, out./dez. 2015.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

PONTES, R. N. **A Categoria de mediação em face do processo de intervenção do Serviço Social**. 2010. Disponível em: <<http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/congresos/reg/slets/slets-016-104.pdf>>. Acesso em 12 de set. 2017.

PRATES, J. C. O método marxiano de investigação e o enfoque misto na pesquisa social: uma relação necessária. **Revista Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 116-128, jan./jul. 2012.

PRISCO, T. A Proteção Social Básica da Assistência Social. **Revista Argumentum**, Vitória, v. 4, n. 2, p. 80-94, jul./dez. 2012.

RAICHELIS, R. Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no SUAS. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 104, p. 750-772, out./dez., 2010.

SOUZA, C. T. A prática do assistente social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional. **Revista Emancipação**, Ponta Grossa, v. 8, n. 1, p. 119-132, 2008.

SPOSATI, A. O. O modelo brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**. Brasília: UNESCO, 2009.

_____. **A assistência social na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

TÜRCK, M. G. M. G. Processo de trabalho do assistente social: elaboração de documentação – implementação e aplicabilidade. **Caderno Graturck 001**. Porto Alegre, 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA (UNIPAMPA). **Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social**. 2016. Disponível em: <<http://cursos.unipampa.edu.br/cursos/servicosocial/files/2017/05/ppc-servico-social-unipampa.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2017

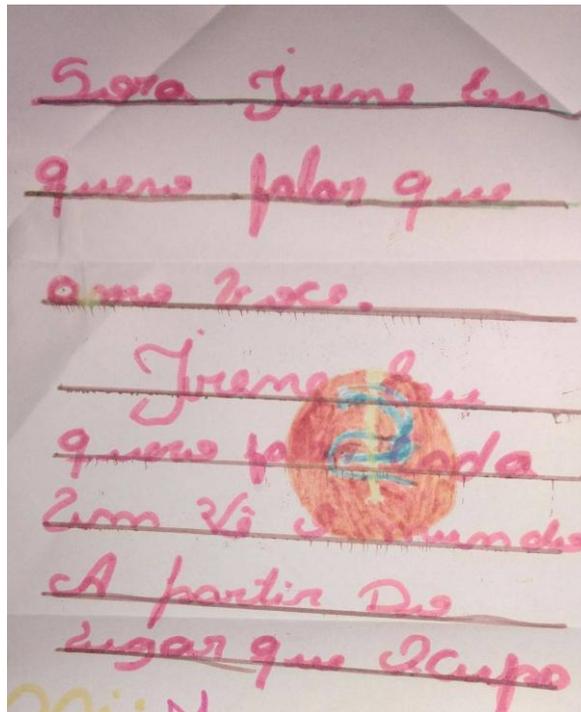
YAZBEK, M. C. **Classes subalternas e assistência social**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

ZAGO, L. H. O método dialético e a análise do real. **Kriterion**, Belo Horizonte, n. 127, p. 109-124, jun. 2013.

APÊNDICES**APÊNDICE A – Ficha de Avaliação das Intervenções**

COMO FOI A ATIVIDADE PARA VOCÊ?		
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
BOA	RUIM	REGULAR
OUTRO: _____		

CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS PARABOI		

ANEXOS**ANEXO A – Atividade Expressão Artística como Meio de Dar e Receber**

ANEXO B – Atividade Quem Sou Eu?



ANEXO C – Atividade de Colagem com Papel Crepom